

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2019

Resumo Executivo

Atendendo às disposições da legislação societária, normas aplicáveis e estatutárias, bem como ao disposto na Lei 13.303/2016, a Companhia Riograndense de Saneamento submete o Relatório da Administração e Sustentabilidade à apreciação dos acionistas e da sociedade.

O presente relatório estrutura-se a partir de uma visão geral da Corsan como organização sustentável e inserida em um contexto concorrencial e regulado. É apresentado o modelo de negócio da empresa, considerando os capitais, os riscos e oportunidades, o planejamento estratégico e o desempenho ao longo do tempo, em especial no último ano. Por fim, o relato encerra-se apontando as perspectivas futuras.

Mensagem da Administração

Hoje as pessoas se relacionam em rede, não mais em hierarquias fechadas. A geração de valor está na experiência do cliente, não mais no produto entregue ao consumidor. Saúde é sinônimo de qualidade de vida e bem estar, não mais de ausência de doenças. Hoje o mundo é VUCA (*volatil, uncertain, complex, ambiguous*), e nele as organizações lidam diariamente com a mudança, transitam em mercados que nascem e perecem ao sabor de tecnologias e legislações disruptivas.

Entender o mundo VUCA como uma oportunidade de crescimento e reinvenção é o que tem movido a Corsan nos últimos anos, especialmente em 2019. Embora o desafio de universalizar o acesso a esgotamento sanitário seja presente e palpável, o caminho para vencê-lo cada vez mais se revela plural e fluido. Ao lado da rede coletora exclusivamente cloacal, o sistema misto e a solução individual vêm se configurando como alternativas menos custosas e mais ágeis na composição do plano de expansão da empresa. No que se refere aos capitais para investir em saneamento, o ano de 2019 foi marcado pelo leilão da Parceria Público Privada da Região Metropolitana de Porto Alegre. Essa operação, novidade no estado, tem o propósito de ampliar a cobertura em esgoto para 87% em onze anos nos nove municípios contemplados pelo projeto, beneficiando inicialmente 500 mil pessoas, chegando a 1,7 milhão até 2055.

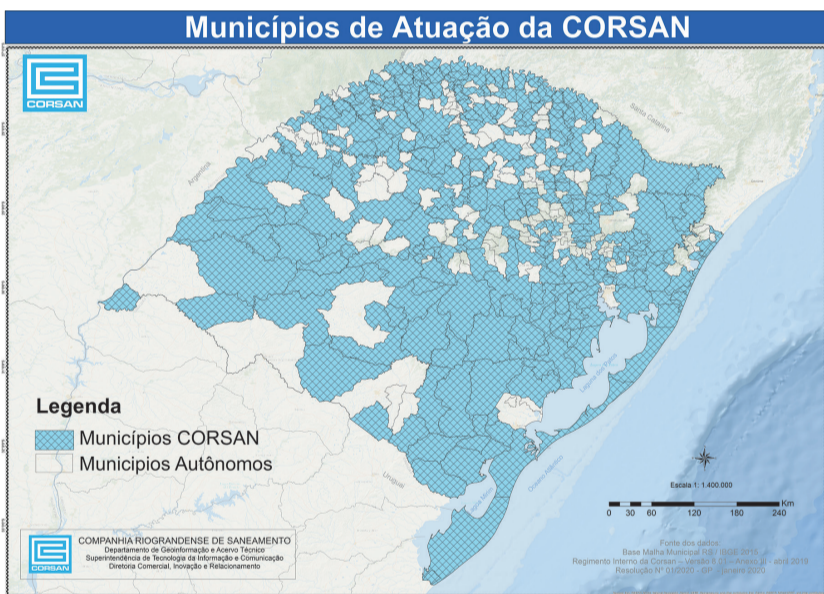
Além do esgotamento sanitário, o abastecimento de água também mobilizou a Corsan em 2019. De fato, a empresa leva água potável a seis milhões de pessoas em 317 municípios, o que supera os 96% de cobertura. Mas universalização é mais do que isso. É garantir qualidade, quantidade e regularidade 24 horas por dia. Todos os dias. Por isso a Companhia investiu pesado nos Centros de Controle Operacional, no programa de gestão de perdas na distribuição, no parque de hidrômetros, no georreferenciamento, entre outras melhorias na operação.

Quanto ao relacionamento com o cliente, a empresa apostou na mobilidade do App Corsan e na conscientização socioambiental do game H2OJE. Por meio dessas ferramentas, usuários e não usuários têm acesso rápido e descomplicado a serviços comerciais e operacionais, além de farto conteúdo voltado à sustentabilidade ambiental, ao uso racional da água, ao consumo consciente.

Estes breves destaques, por certo, não são exaustivos em relação à condução dos negócios da Corsan em 2019. Ao contrário, servem como um convite à leitura do Relatório. Um convite para conhecer a empresa, e perceber com que fôlego ela vem se movendo em um mundo que não para de instigar o desenvolvimento.

A Corsan

A Corsan é uma companhia de economia mista de capital aberto controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul (99,99% das ações ordinárias), criada na década de 1960 com o objetivo de prover infraestrutura, operar sistemas e prestar serviços de saneamento à população. Manter-se por mais cinquenta anos em um mercado que evoluiu do monopólio absoluto e autorregulado para um modelo concorrencial e regulado externamente, convertendo experiência em expertise ao longo do tempo, coloca a empresa hoje na vantajosa posição de ter atingido estatura para olhar em perspectiva quando se trata de enfrentar os desafios, ter ousadia para inovar e maturidade para aprender.



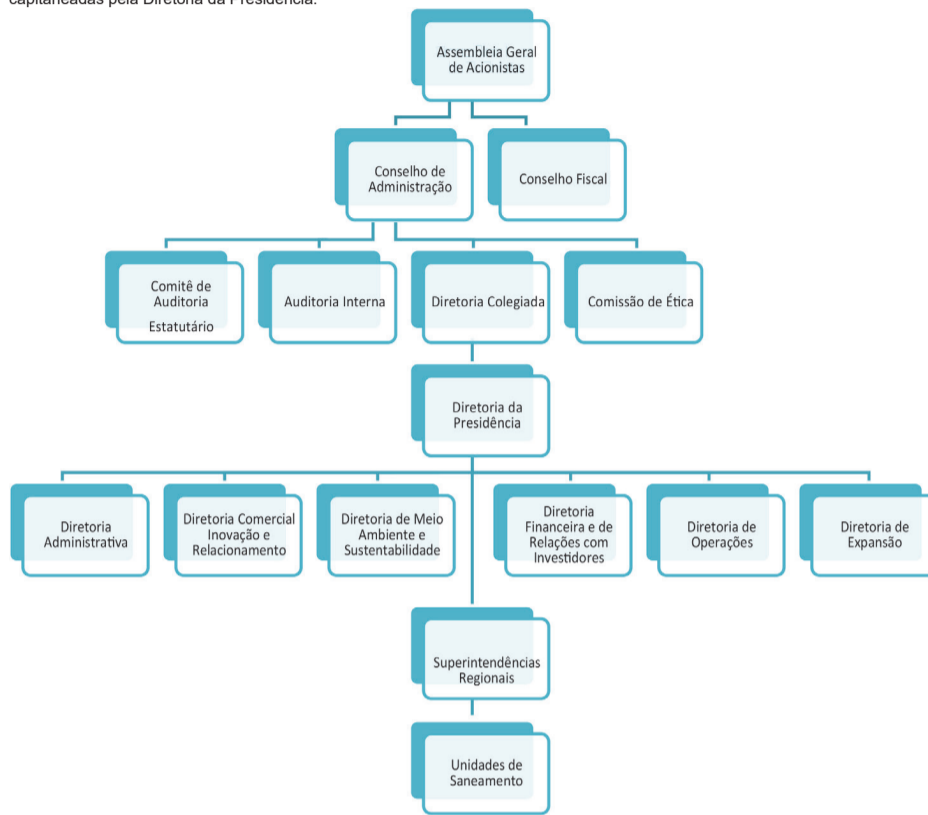
Do ponto de vista do arranjo institucional, a Corsan é a principal executora das políticas públicas de saneamento do governo do estado. Do ponto de vista do cotidiano das pessoas, a Companhia entrega água potável a dois terços da população gaúcha, e assume o desafio de universalizar o acesso a esgotamento sanitário nos 317 municípios onde detém a concessão do saneamento.

ÁGUA	ESGOTO	COBERTURA	ABRANGÊNCIA	FATURAMENTO	ARRECAÇÃO
2,7 milhões economias ativas	• 428 mil economias ativas	• 96,7% NUA • 16,3% NUE	• 6 milhões de pessoas • 317 municípios	• R\$ 2.879.624 mil • acumulado 2019	• R\$ 2.859.874 mil • acumulado 2019

Modelo de Negócio

mobilizar capitais		prestar serviços		gerar valor	
natureza	mais de mil pontos de captação de água (entre superficial e subterrânea)	562 milhões de m3 de água potável produzidos em 2019		saúde para as pessoas	
pessoas	5 mil empregados diretos				
infraestrutura	27 mil km de rede de água; 5 mil km de rede de esgoto; 177 estações de tratamento de água; 86 estações de tratamento de esgoto; 364 laboratórios (água e esgoto); 296 pontos de atendimento presencial	49 milhões de m3 de esgoto tratado em 2019		sustentabilidade socioambiental	
relacionamento	diálogo constante com usuários, reguladores, fiscalizadores, governos estadual e municipais, parceiros de negócios, fornecedores, organizações sociais e ambientais				
inovação	centros de controle operacional, automação, aplicativos de relacionamento com clientes, start ups, projetos de pesquisa	Qualidade, Eficiência, Presença		inclusão e cidadania	
finanças	R\$ 2,8 Bi de Receita Operacional Líquida R\$ 2,4 Bi de Patrimônio Líquido				

A estrutura organizacional da Corsan tem na sua mais alta instância deliberativa a Assembleia Geral de Acionistas, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e desenvolvimento da empresa. Subordinam-se à Assembleia o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. Respondem ao Conselho de Administração o Conselho de Auditoria Estatutário, a Auditoria Interna e a Comissão de Ética, bem como a Diretoria Colegiada, esta com prerrogativas de deliberação sobre os negócios da empresa. Compõem a Colegiada, seis diretorias executivas, capitaneadas pela Diretoria da Presidência.



Diretamente vinculadas à Diretoria da Presidência, operam dez superintendências regionais com o objetivo de interiorizar a execução das políticas da empresa, valorizando as vocações das diferentes regiões do estado (litoral, fronteira oeste, centro, missões, metropolitana, sul, serra, planalto médio, pampa e rio dos Sinos) buscando o equilíbrio do sistema na sua integralidade. Em 2019 teve início um processo de reestruturação das superintendências, com especial impacto na região metropolitana de Porto Alegre, a fim de tornar a regionalização mais aderente ao regime de parcerias e novos negócios em perspectiva para 2020.

Governança, Riscos & Compliance

A governança corporativa da Corsan baliza-se pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e pela Bolsa Brasil Balcão - B3. Sob essa perspectiva, a Companhia vem utilizando um conjunto de mecanismos de incentivo e controle para assegurar que as decisões da Administração sejam tomadas em linha com o planejamento estratégico, observando os princípios da governança, da transparência, da equidade, da prestação de contas (*accountability*) e da responsabilidade corporativa.



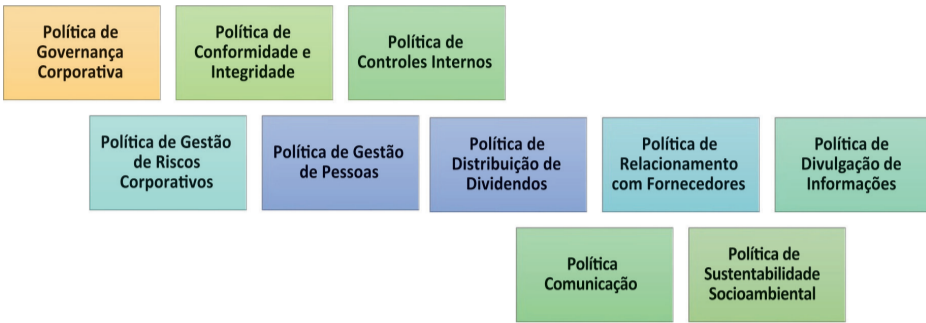
Quanto à gestão de riscos, esta se dá a partir da revisão periódica da Matriz de Riscos, essencial na medida em que permite verificar se os controles são eficazes, além de apontar se há risco residual (que permanece após a aplicação dos controles). Assim é possível definir o tratamento a ser dado aos riscos, ainda que seja assumi-los, caso o resíduo não seja tão relevante.

MATRIZ DE RISCOS

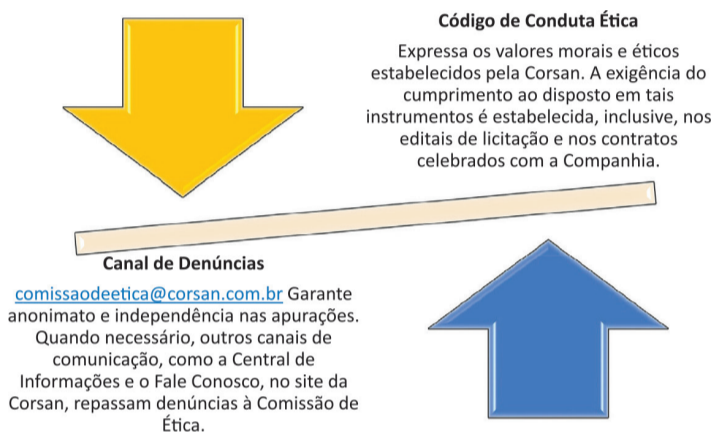
RISCOS	PROBABILIDADE	IMPACTO	TRATAMENTO
1 Passivo trabalhista	Muito alta	Catastrófico	A
2 Ineficácia da PPP	Alta	Severo	A
3 Aumento Expressivo da Coparticipação da Corsan na Funcorsan	Alta	Severo	A
4 Baixo desempenho dos recursos humanos	Muito alta	Catastrófico	A
5 Perda dos contratos de programa	Muito alta	Severo	A
6 Inviabilidade de fluxo de caixa	Alta	Severo	A
7 Vazamento de dados - LGPD	Alta	Moderado	B
8 Inexequibilidade do processo de limpeza de fossas	Alta	Moderado	B
9 Ausência da política de consequências voltada a resultados	Alta	Moderado	B
10 Não atendimento ao RSAE	Alta	Moderado	B
11 Passivo ambiental	Média	Severo	B
12 Critérios e processo de formação ineficientes para a sucessão das lideranças	Média	Severo	B
13 Insucesso na implantação do ERP	Baixa	Severo	B
14 Dificuldade na emissão de licenças (LP-LI-LO)	Média	Severo	B
15 Ampliação das áreas irregulares	Média	Moderado	C
16 Ineficiência da medição	Alta	Leve	C
17 Incapacidade de prestar o serviço de ligação intradomiciliar do esgoto	Alta	Leve	C
18 Insatisfação do cliente	Média	Moderado	C
19 Escassez de recursos para investimentos	Média	Moderado	C
20 Inexecução do plano de investimentos	Média	Moderado	C
21 Obsolescência das redes de distribuição	Média	Moderado	C
22 Vulnerabilidade e indisponibilidade do ERP	Média	Moderado	C
23 Saturação dos sistemas de abastecimento de água	Média	Moderado	C
24 Perda das licenças de operação	Baixa	Moderado	C
25 Defasagem tecnológica	Média	Leve	D
26 Ineficiência dos processos licitatórios	Média	Leve	D
27 Ineficiência da cobrança	Média	Leve	D
28 Ações de marketing e comunicação insuficientes	Baixa	Leve	D

Em termos gerais, *Compliance* é conjunto de disciplinas para fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas para o negócio e para as atividades da instituição ou empresa, bem como evitar detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer. Na Corsan, embora haja uma estrutura dedicada a governança, *compliance* e riscos, a prática envolve todas as estruturas organizacionais por meio das políticas que vêm sendo implementadas desde antes do advento da Lei 13.303/2016.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2019



PROGRAMA DE INTEGRIDADE: estabelece diretrizes e procedimentos de combate à corrupção e apuração de denúncias e irregularidades, contribui de forma decisiva para a identificação e mitigação de riscos de atos lesivos praticados contra a empresa, tais como desvios, fraudes e irregularidades. O instrumento aplica-se a todos os colaboradores, administradores e conselheiros da Companhia, bem como aos fornecedores, prestadores de serviços, autoridades públicas, representantes de agências reguladoras, enfim, ao universo de *stakeholders* da organização.



TRANSPARÊNCIA

LAI Lei de Acesso à Informação	SNIS Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento	Acordo de Resultados
www.corsan.com.br políticas; indicadores; demonstrações contábeis; normativos; gastos efetuados; processos administrativos, projetos, programas, FAQ, etc.	www.snis.gov.br dados operacionais, gerenciais, financeiros e de qualidade relativos aos serviços de água e esgoto	Governo do Estado do RS Indicadores, metas e resultados dos compromissos dos órgãos de governo

Mercado, Concorrência & Regulação

A Corsan é a maior operadora de saneamento do Rio Grande do Sul, ainda que não detenha a concessão na capital, esta sob a responsabilidade do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Porto Alegre - DMAE. A geração de economia de escala e o subsídio cruzado permitem que a Companhia tenha fôlego financeiro e operacional para atender a 317 municípios, investir na universalização dos serviços, respeitando as particularidades socioambientais de cada região. Assim é possível garantir tratamento isonômico aos seis milhões de usuários dos sistemas de água e esgoto, independentemente do perfil econômico ou do porte da localidade.

Dentre os municípios atendidos, 93% possuem a delegação dos serviços firmada em Contrato de Programa, nos termos da Lei 11.445/2007, com vigência média de 25 anos. Os demais possuem Contratos de Concessão, no modelo anterior à Lei do Saneamento. Analisando a representatividade na receita, os municípios com Contrato de Programa detêm 97% do faturamento total. Os 3% restantes da receita, vinculados a concessões que ainda não migraram para Contrato de Programa, são na maioria contratos com vigência até o ano de 2029. Por conseguinte, menos de 1% da receita advém das 12 concessões por ora precárias, mas já em adiantado processo de negociação.



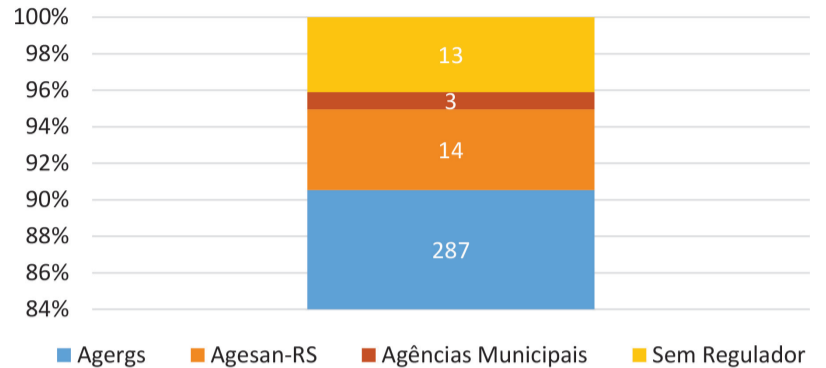
PROGRAMA DE APOIO AOS MUNICÍPIOS PARA REVISÃO DOS PMSB: tendo em vista que os Planos Municipais de Saneamento Básico devem ser revisados pelos municípios a cada quatro anos, e que muitos PMSB foram instituídos em 2015 como condição para acesso aos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o ano de 2019 ensejou grande número de revisões em curto intervalo de tempo. Além disso, houve expressivas mudanças de cenário nesse período, com impactos socioeconômicos nas localidades, no grau de utilização e saturação da infraestrutura, nos arranjos institucionais, na captação de recursos, nas tecnologias disponíveis. Para dar conta dessa dinâmica sob a perspectiva do sistema Corsan e prestar auxílio técnico na revisão/elaboração dos Planos de Saneamento vigentes, a Companhia vem trabalhando intensamente na modelagem do Programa de Apoio aos Municípios, com foco no suporte técnico à construção de diagnósticos fidedignos dos sistemas de água e esgoto, prognósticos efetivos do ponto de vista socioambiental, e metas viáveis em termos econômico-financeiros. Em 2020 serão apresentadas propostas aos municípios e abertas as negociações com o poder concedente.

Quanto ao ambiente concorrencial, este vem se exacerbando no Brasil à medida que cresce a participação da iniciativa privada no setor do saneamento e que se suavizam as barreiras de entrada no mercado. O ponto culminante desse processo é o Projeto de Lei 3261/2019, cujo objeto é a alteração da Lei 11.445/2007, com ênfase na ampliação da participação de capital privado. Dentre diversos impactos no setor, caso aprovado o atual texto do PL, será imposta ao Poder Concedente a obrigação de publicar edital de chamamento público para prestação descentralizada dos serviços de saneamento. Na hipótese de não haver interessados, o titular procederá à assinatura de contrato com dispensa de licitação. De acordo com o texto do projeto de lei, ainda que os atuais contratos de programa permaneçam válidos dentro de sua vigência (25 anos em média na Corsan), pesadas obrigações serão impostas via aditivos, a fim de dar conformidade a esses instrumentos até o final do período contratado.

Do ponto de vista da regulação, a Lei do Saneamento atribui ao município o poder de delegar a um ente regulador, com independência orçamentária e decisória, a mediação das relações entre a concessionária e os usuários. Os limites dessa regulação alcançam a homologação de tarifas, a definição de padrões e a fiscalização da qualidade dos serviços, a aferição do cumprimento das metas e compromissos dos planos de saneamento e dos contratos de programa, além da arbitragem de conflitos com os clientes.

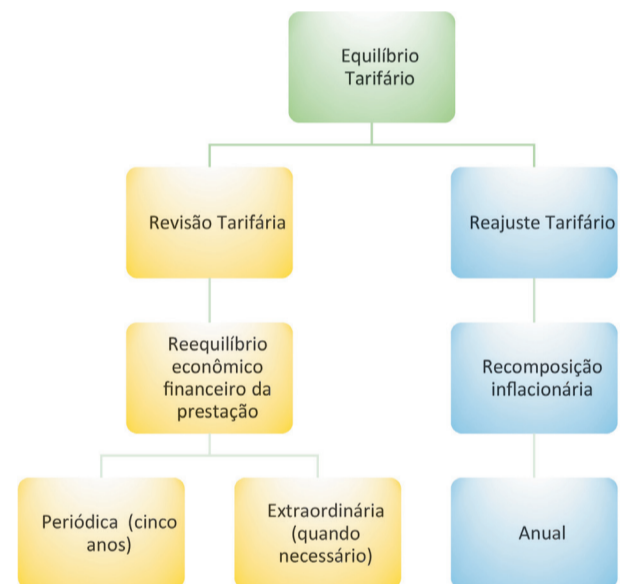
A maioria dos contratos de programa da Corsan é regulada pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - Agergs. A Agência Reguladora Intermunicipal do Rio Grande do Sul - Ageran-RS, por sua vez, abrange um grupo menor de municípios, porém com representatividade em termos de economias e receita. Além da Agergs e da Ageran-RS, há mais três reguladores municipais: Agência Reguladora de Erechim - Ager, Agência Reguladora de Serviços Delegados de São Borja - Agerb e Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Santa Cruz do Sul - Agerst.

Municípios por Agência Reguladora



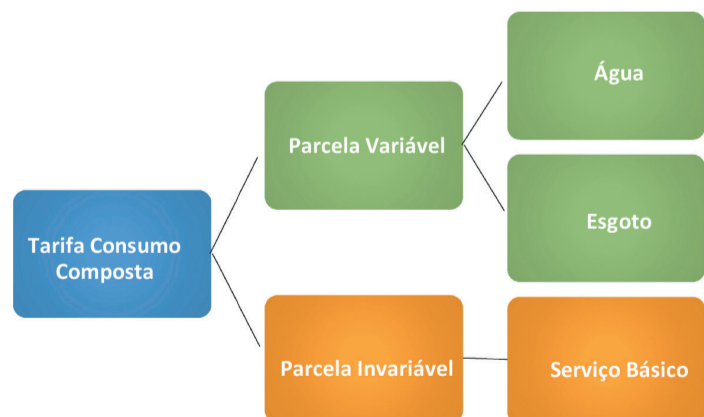
Em 2019, a Corsan propôs às cinco agências que os temas regulatórios mais expressivos passassem a ser deliberados em conjunto, a fim de tratar os usuários de forma isonômica, e assegurar a sustentabilidade do sistema como um todo. Os reguladores aderiram à ideia e, desde então, muito se tem avançado nas reuniões sistemáticas do GT da Regulação.

A Lei do Saneamento prevê ainda que a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços prestados seja assegurada por uma receita tarifária suficiente para cobrir os custos operacionais eficientes e para remunerar de forma adequada o capital prudentemente investido. Em contrapartida a concessionária deve atuar com eficiência, reservando aos clientes o direito de pagar uma tarifa justa e de receber o serviço nos níveis de qualidade estabelecidos pela legislação e pelo contrato de concessão ou de programa. O modelo de tarifa adotado pela Corsan é o *Cost Plus*, segundo o qual a receita requerida iguala-se ao custo da prestação dos serviços, de modo a ressarcir os custos e investimentos realizados, bem como a remuneração do capital. Não obstante certa elasticidade do modelo, o regulador tem a última palavra quando se trata de definir índices de reposicionamento ou reajuste tarifário. Tal configuração implica que a Revisão Tarifária (RTP ou RTE) tem o propósito de reavaliar toda estrutura de custos, contrapondo a receita requerida à geração de valor para as partes interessadas. Em relação aos Reajustes Tarifários, o objetivo limita-se à recomposição inflacionária da Receita Requerida a partir da aplicação de índices específicos, segregados e ponderados pelos grupos de despesas que compõem a estrutura de custos da empresa.



Tarifa e Comercialização

Com o propósito estimular o uso racional da água, a Corsan pratica a tarifa consumo composta por uma parcela variável (água/esgoto) e uma parcela fixa (serviço básico). A parcela variável cobre os gastos com insumos para produção, tratamento e distribuição da água, coleta e tratamento do esgoto. A parcela fixa, por seu turno, garante o equilíbrio econômico financeiro da prestação dos serviços, cobrindo os custos de operação dos sistemas, manutenção da infraestrutura, administração e gestão, além da amortização dos investimentos. O diferencial da tarifa da Corsan é a aplicação de exponenciais crescentes sobre os consumos excessivos que configurem desperdício.

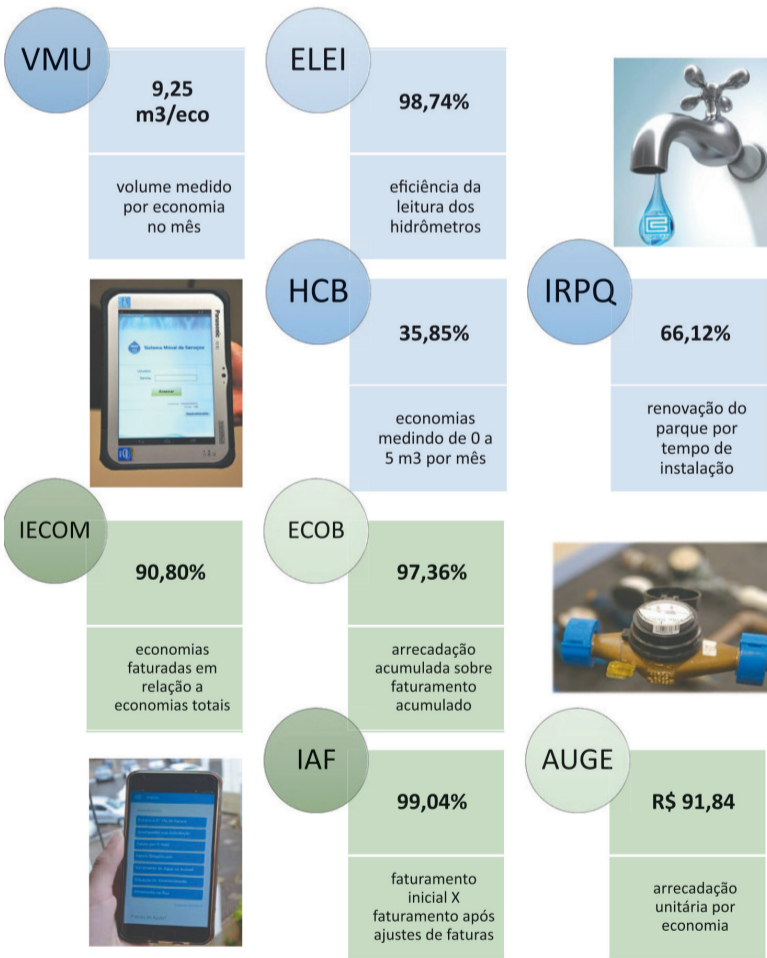
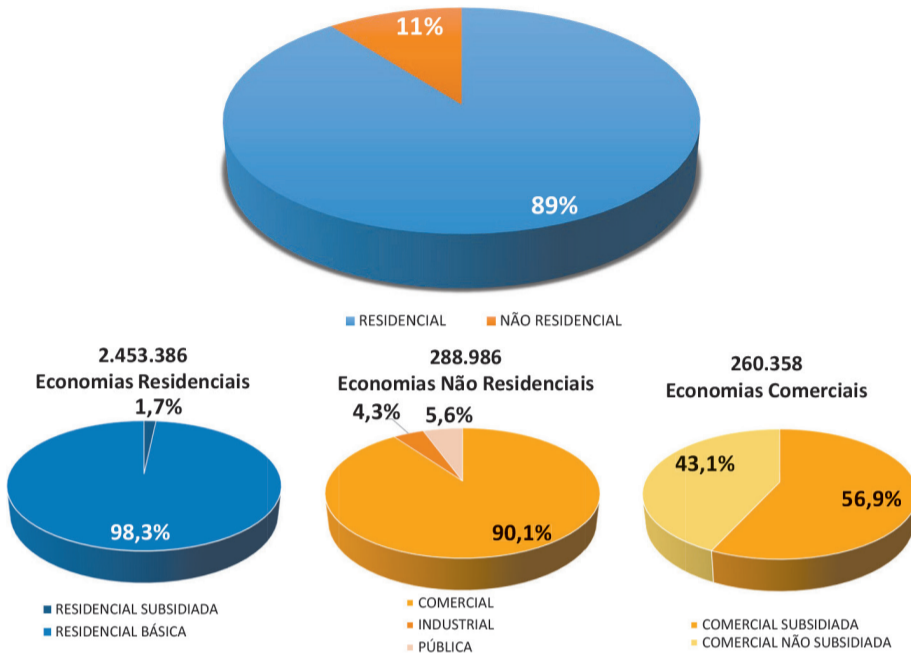


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2019

OPORTUNIDADES

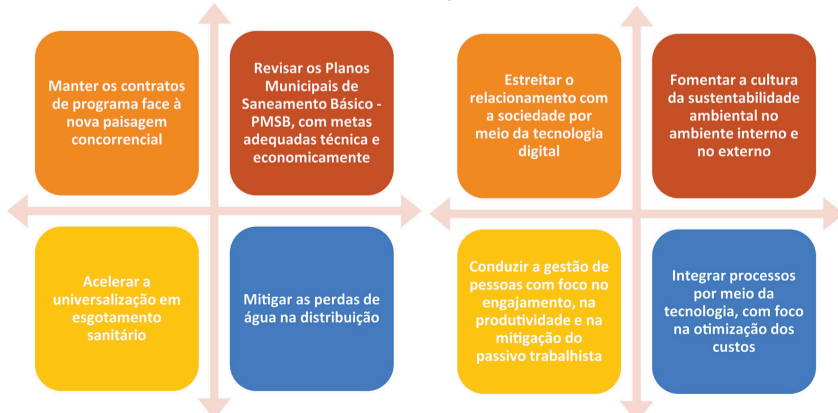
Os principais perfis de atividade socioeconômica são considerados na estrutura tarifária da Corsan, o que resulta em três grandes categorias: Social, Básica e Empresarial. A Categoria Social é composta de residências e bicas públicas e tem como diferencial o subsídio de 60% concedido a imóveis ocupados por famílias de comprovada baixa renda. A Categoria Básica, por sua vez, abrange todas as demais residências em cadastro. A Categoria Empresarial, por fim, contempla a atividade econômica em geral – comércios, indústrias e órgãos públicos. Nesta última categoria, merece destaque o fomento aos pequenos comércios, por meio da subcategoria C1, cujo valor equivale ao da tarifa residencial básica.

2,7 milhões de economias de água ativas em 12/2019



Desafios & Oportunidades
Ao contrário do que se acredita ao senso comum, desafios não são obstáculos, mas sim pontes para o crescimento da organização. Reconhecê-los e dimensioná-los faz parte do processo de enfrentamento, como ponto de partida para mobilizar capitais e reconhecer as oportunidades à medida que elas se apresentam.

DESAFIOS



Parcerias Público Privadas - PPP

Oferta de ações no mercado via IPO (*Initial Public Offering*)

Programa de apoio aos municípios para elaboração e revisão dos PMSB

Solução individual e sistema misto de esgotamento sanitário

Gestão matricial de custos

Programa de eficiência energética

Novo ERP corporativo

Visão de Futuro

A partir da análise dos ambientes interno e externo, e da tradução das principais forças e fraquezas da empresa em termos de ameaças, desafios e oportunidades, a Corsan construiu o seu Planejamento Estratégico para o período 2014-2019. Do ponto de vista do arranjo institucional, o Planejamento obedece às orientações do Governo do Estado a fim de compatibilizar a estratégia da Companhia com as políticas governamentais. Do ponto de vista da metodologia, foi adotado o Balance Scorecard – BSC, modelo consolidado no mercado, que tem como ponto de partida a tradução da empresa em termos de Missão, Visão e Valores.

MISSÃO

- Prestar serviços de excelência em saneamento básico nos segmentos e na área em que atua, e o seu papel social, ambiental e econômico, gerando valor às partes interessadas.

VISÃO 2016 - 2019

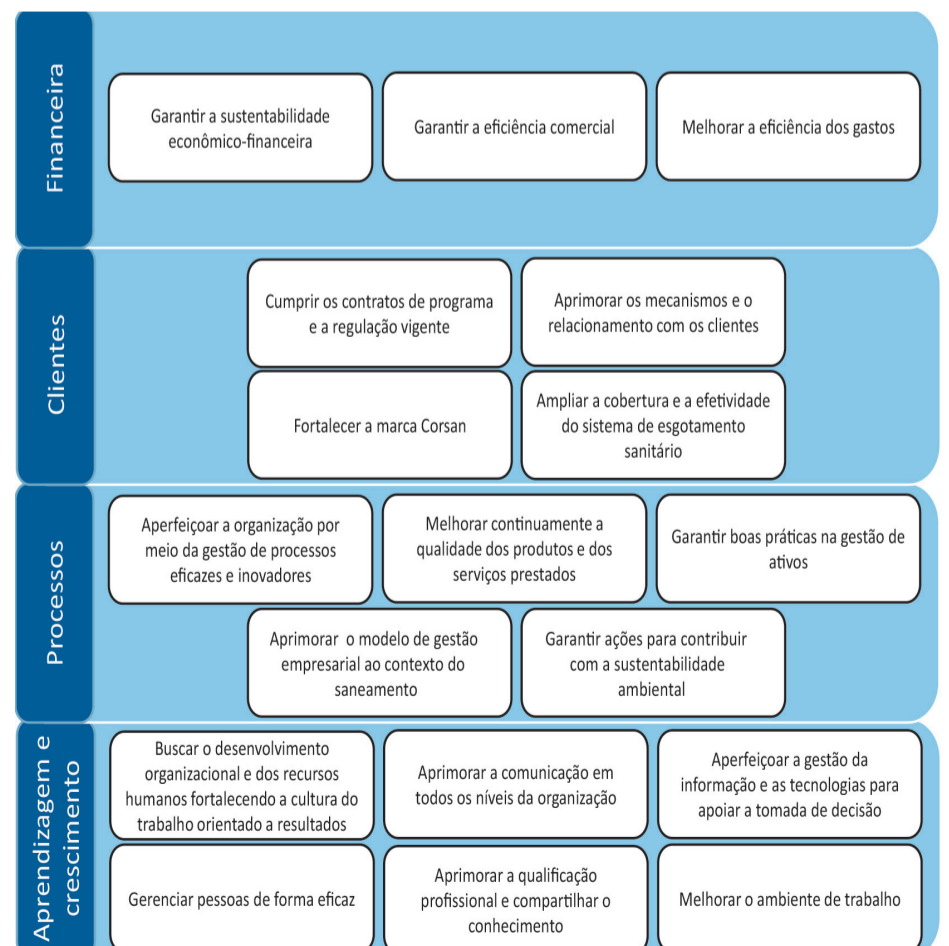
- Em 2019, manter a Universalização da cobertura de água e atender 30% da população urbana utilizando o sistema de esgotamento sanitário de modo sustentável e com a garantia da satisfação dos clientes.

VISÃO 2030

- Em 2030, ser reconhecida pela universalização dos serviços de abastecimento de água, por atender a população urbana utilizando o sistema de esgotamento sanitário, pela excelência dos seus produtos e pela consolidação de novos negócios.

VALORES

- Sustentabilidade - Responsabilidade social - Ética - Transparência Produtividade, segurança - Gestão compartilhada - Valorização das pessoas - Integração entre as áreas



Com patrocínio da Administração e participação dos representantes dos macroprocessos da empresa, está em curso a revisão do Planejamento Estratégico. O processo tem por base a análise de ambiente, a partir da qual serão identificadas as principais oportunidades, ameaças, forças e fraquezas, resultando na revisão das diretrizes estratégicas nas perspectivas de curto, médio e longo prazo.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2019

Desdobramento da estratégia

O desdobramento da estratégia no interior do estado é conduzido pelas Superintendências Regionais, envolvendo todas as unidades de saneamento mediante planos de ação anuais no formato 5W2H. O foco do trabalho é o aperfeiçoamento da gestão, baseado no Modelo de Excelência da Gestão do Saneamento Ambiental (MEGSA) do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS). Em 2019 a Companhia avançou no aprendizado e na melhoria dos processos gerenciais nas dez regionais, com ênfase na geração de resultados para as partes interessadas. Entre as atividades realizadas, destacam-se o desenvolvimento das lideranças, a disseminação de conhecimentos pela rede dos facilitadores da qualidade, o diagnóstico da gestão das regionais interna e externamente pela participação no processo do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS). Ao longo do ano foram realizados inúmeros eventos, mobilizando as equipes das superintendências regionais, e esse debate frutificou na forma do Acordo de Resultados - um compromisso que será assinado em 2020 entre os gestores de unidades de saneamento e superintendentes regionais com a Diretoria. No acordo constará uma série de metas de desempenho associadas à produtividade das equipes. Quanto à participação da Corsan no Programa Nacional da Qualidade em Saneamento, houve um aumento significativo na pontuação da maioria das regionais, e diversas premiações foram recebidas no Seminário de Benchmarking do PNQS, ocorrido em novembro de 2019. O evento fechou do ciclo anual de avaliação da gestão do prêmio mais importante do setor de saneamento na América Latina.



Melhores na Gestão do Saneamento

- SURMET - Troféu Prata Nível II
- SURLIT - Certificado de Finalista Nível II



Inovação em Gestão do Saneamento

- SURPLA - Finalista IGS
- Case *Controle de recebimento e pagamento de documentos financeiros*



Prêmio Eficiência Operacional

- SURCEN - Finalista PEOS
- Case *Melhoria da eficiência operacional do sistema de abastecimento de água de Júlio de Castilhos*



Prêmio Eficiência Operacional

- SURLIT - Prêmio máximo da categoria Esgotamento Sanitário
- Case *Projeto de regularização de ligações clandestinas – Bairro Agual*



Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento

- CORSAN
- Destaque em Gestão do Conhecimento

Projetos Estratégicos

No que se refere ao desdobramento da estratégia em nível corporativo, a Corsan trata as principais questões em regime de projetos estratégicos, os quais são patrocinados pelas diretorias afins, porém interdependentes quanto às áreas envolvidas. Para o gerenciamento dos projetos, a empresa adota o modelo *Project Management Office – PMO*, mantendo um escritório de gerenciamento de projetos diretamente vinculado ao Planejamento Estratégico.

PROJETOS EM ANDAMENTO

- Melhorar a eficiência energética
- Implantar uma política de gestão do parque de hidrômetros
- Redução de perdas com execução própria dos serviços de eficiência operacional
- Redução de perdas com contrato de performance
- Aprimorar a gestão da segurança patrimonial
- Implantar plano integrado de gestão de perdas
- Ajustar a estrutura tarifária aos serviços prestados

- Implantar a prestação de serviços dos sistemas misto e individual em esgotamento
- Comercialização especial em imóveis com fonte alternativa
- Elaborar planos de segurança da água em 18 sistemas de abastecimento de água
- Regularizar ligações clandestinas em áreas de ocupações consolidadas
- Capacitar estações de tratamento de esgotos para receber efluentes externos
- Estruturação e modelagem do projeto PPP

- Implementar programa de gestão patrimonial
- Implantar automação e CCO
- Implantação do novo sistema ERP
- Gestão da manutenção civil de estruturas hidráulicas
- Gestão dos resíduos sólidos de ETA e ETE
- Gestão da qualidade nos processos operacionais de água e esgoto
- Modelo para gestão da manutenção eletromecânica
- Aperfeiçoar os processos de tratamento e controle analítico

- Implantar sistema de planejamento, orçamento e gestão estratégica – SISPLAN
- Implantar modelo de gestão do conhecimento orientado a resultados
- Implantar sistema de gestão eletrônica de documentos - GED
- Implantar Sistema de Georreferenciamento – SCTGEO

Monitoramento da estratégia

Os Objetivos Estratégicos da empresa são monitorados por meio de um conjunto de 39 Indicadores, segregados pelas quatro perspectivas do Mapa Estratégico. Em ciclos bimestrais, os resultados são aferidos, são apresentadas as justificativas para o desempenho positivo ou negativo em cada indicador, e tomadas medidas de correção de rumo quando necessário.

PERSPECTIVA FINANCEIRA	Indicadores
	Margem de investimentos com recursos próprios
	Arrecadação Geral
	Ebitda sem margem de construção
	Eficiência Comercial
	Razão Operacional sem margem de construção
	Margem energia elétrica acumulado ano
	Margem pessoal próprio acumulado ano



PERSPECTIVA CLIENTES	Indicadores
	NUA IBGE
	NUE IBGE
	Índice de reclamação de problemas
	Satisfação do cliente
	Tempo médio de atendimento ao cliente
	Ligações factíveis de esgoto
	Notificações para ligação de esgoto
	Ranking Top of Mind - Empresa Pública Eficiente
	Ranking Marcas de Quem Decide - Mais Lembrada
	Ranking Marcas de Quem Decide - Preferida Gaúchos
	Imagem da Corsan em pesquisa de satisfação



PERSPECTIVA PROCESSOS	Indicadores
	Índice de perdas na distribuição - IPD
	Medição dos investimentos SAA/SES (PAC)
	Execução anual dos investimento SAA/SES expansão
	Índice de Qualidade da Água - IQA Microbiológico
	Índice de Qualidade da Água - IQA Físico-químico
	Índice de qualidade do esgoto tratado - IQE
	Novas ligações de Esgoto
	Reabilitação de redes de água (por substituição)
	Regularidade dos contratos de programa
	Adução em ETA com sistema de tratamento de lodo
	Estações Tratamento Esgotos Licenciadas
	Adução em ETA licenciada

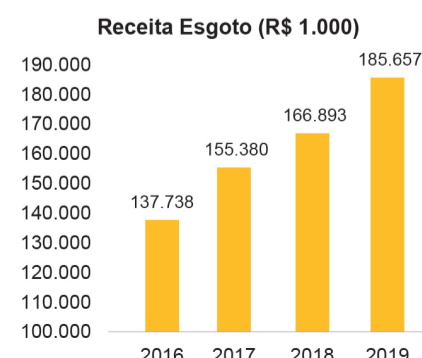
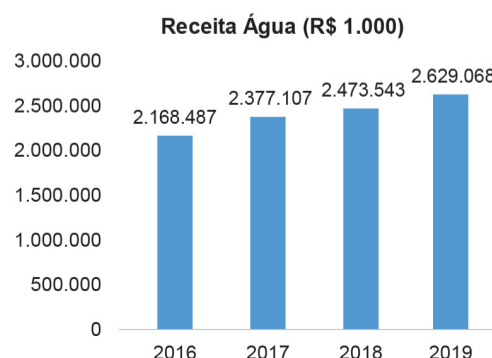


PERSPECTIVA APRENDIZAGEM & CRESCIMENTO	Indicadores
	Produtividade de pessoal para SAA e SES
	Você se sente bem informado(a) sobre o que acontece na Corsan?
	Satisfação Geral Comunicação
	As informações necessárias para o desenvolvimento das suas atividades chegam a você com antecedência?
	Horas Extra por Empregado
	Índice de ações trabalhistas
	Oportunidades de Capacitação
	Cursos com Instrutoria Interna
	Satisfação Geral com o Ambiente Físico



Sustentabilidade econômico-financeira

RECEITA OPERACIONAL BRUTA DIRETA



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2019

LUCRO LÍQUIDO



COMPOSIÇÃO EBITDA

	2018	2019
Lucro Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	387.672	635.527
(+) Despesas Financeiras	60.552	59.963
(-) Receitas Financeiras	(104.198)	(77.063)
(+) Depreciações e Amortizações	128.553	148.151
EBITDA	472.579	766.577
Margem Líquida (Lajida/Receita Operacional Líquida)	17,54%	26,90%

em R\$ 1.000

Em 2019, a Companhia apresentou resultados positivos evidenciados no EBITDA, impactados principalmente pelo reconhecimento de ativos de precatórios e redução dos saldos de contingências cíveis e trabalhistas.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

	2019
Água	110.290
Esgoto	189.172
Desenvolvimento	32.760
Total	332.222

em R\$ 1.000

Margem de Investimento com Recursos Próprios

11,54%

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Água	138.674	150.266	108.934	84.697	60.732	543.303
Esgoto	239.285	241.513	264.734	267.852	268.257	1.281.641
Desenvolvimento	167.059	87.320	73.821	52.154	573	380.927
Total	545.018	479.099	447.489	404.703	329.562	2.205.871

em R\$ 1.000

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS POR FONTE

	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Contrapartida	46.861	36.365	33.044	26.112	19.943	162.325
Financiado	201.414	219.220	213.201	224.796	217.016	1.075.647
Próprio	244.636	155.648	122.194	84.253	31.443	638.173
Repassé	52.107	67.868	79.050	69.541	61.160	329.726
Total	545.019	479.100	447.489	404.703	329.561	2.205.871

em R\$ 1.000

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A Corsan vem aprimorando sua estrutura de gerenciamento para captação de recursos, de modo a acompanhar a evolução dos mercados, especialmente no que tange a oferta e condições, bem como monitorando os acontecimentos atrelados ao setor de saneamento e infraestrutura. A partir das metas definidas para universalização dos serviços de esgotamento sanitário e manutenção/resiliência dos sistemas de abastecimento de água, estabelecidas no Plano de Expansão da Companhia, estimou-se a necessidade de investimentos na ordem de **R\$ 17 bilhões**. Uma vez que esse volume de recursos excede a disponibilidade de caixa da empresa, vêm sendo intensificados esforços na obtenção de financiamentos e/ou repasses não onerosos.

RECURSOS CONTRATADOS E EM UTILIZAÇÃO

PAC	Programa de Aceleração do Crescimento: recursos federais (OGU, FAT e FGTS) destinados à implantação, ampliação e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, estudos e projetos em água e esgoto, além de modernização operacional. A captação dos recursos iniciou-se em 2007, com o PAC1, e estendeu-se até 2014, com o PAC2 4ª Seleção. Água: projetos e ampliação de sistemas em diversos municípios Esgoto: projetos e ampliação/implantação de sistemas em diversos municípios
IN 14 CIDADES	Instrução Normativa do Ministério das Cidades Nº 14/2014: recursos do FGTS contratados para ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios. Todos os pleitos contemplados estão contratados. Água: Gravataí Esgoto: Imbé, Tramandai, Xangri-lá, Pedras Altas, Rio Grande, Capão da Canoa
FOCEM	Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul: recursos internacionais destinados ao sistema de esgotamento sanitário do município de Aceguá. Esgoto: Aceguá
FINEM BNDES	Financiamento Empresa: recursos do FAT, contratados para ampliação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos municípios, telemetria e renovação do parque de hidrômetros. Esgoto: Campo Bom, Santa Maria/Camobi, Torres, Jaguarão, Rio Grande e Xangri-lá Telemetria e Hidrômetros: diversos municípios
AVANÇAR CIDADES SANEAMENTO	Programa Avançar Cidades Saneamento/ Fase 1: Recursos federais (BNDES - FAT) destinados à ampliação de sistemas de abastecimento de água e implantação de sistema de esgotamento. SAA: Panambi SES: São Luiz Gonzaga
RECURSOS EM CAPTAÇÃO/ CONTRATAÇÃO/ PROSPECÇÃO	
BID / PROSASUL	Programa de Ampliação e Melhoria dos Serviços de Saneamento do Rio Grande do Sul: o objetivo principal do Programa é a melhoria da qualidade de vida das populações beneficiadas, mantendo a cobertura dos serviços de abastecimento de água, preservando o meio ambiente, aumentando a segurança hídrica e fortalecendo a gestão operacional e institucional da Corsan. Componente 1: Melhorias e Ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água Componente 2: Sustentabilidade Operacional e Institucional
AVANÇAR CIDADES SANEAMENTO	Programa Avançar Cidades - Saneamento para Todos: Recursos federais (FAT/FGTS) destinados à ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como controle de perdas de água, em diversos municípios. Seleção Contínua: recursos pleiteados, em análise e contratação para diversos municípios
PROSPECÇÃO	Avaliação de alternativas para financiamentos de médio e longo prazo junto ao mercado financeiro (bancos públicos e privados), tais como emissão de debêntures, debêntures incentivadas, FIDC, entre outras modalidades e, alternativamente, financiamentos em moeda estrangeira com organizações multilaterais internacionais.

CUSTO REFERÊNCIA NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO: com base na metodologia de Gerenciamento Matricial de Despesas - GMD e no Sistema de Gestão de Custos - SISGEC (ambos produtos de projetos estratégicos), foi ampliado o escopo da Gestão

de Custos na Corsan, iniciado em 2018 com o propósito de adotar o custo referência como balizador na elaboração do orçamento anual da empresa. Ao longo do processo, destaca-se a natureza de combustíveis, por apresentar um retorno bastante positivo: a redução de 9% no valor orçado para o ano de 2020, o que gerou **economia de R\$ 1.110.000,00**. Esse resultado é fruto do monitoramento por meio da ferramenta de telemetria Frotalot, e da conscientização dos empregados especialmente com relação à prática da marcha lenta (tempo que o veículo fica ligado, porém sem estar em movimento). A redução teria sido ainda mais expressiva não fosse o exacerbado aumento do preço dos combustíveis.

ESCOPO DA GESTÃO DE CUSTOS 2018-2019	critérios adotados	despesas monitoradas
	<input type="checkbox"/> extensão de rede de água <input type="checkbox"/> número de empregados <input type="checkbox"/> economias de água <input type="checkbox"/> economias de esgoto <input type="checkbox"/> volume faturado de água	<input type="checkbox"/> combustíveis <input type="checkbox"/> locação de veículos <input type="checkbox"/> diárias <input type="checkbox"/> retro, caçamba e reaterro <input type="checkbox"/> luz <input type="checkbox"/> força

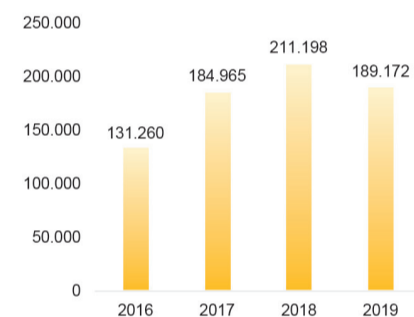
AQUISIÇÃO DE ENERGIA EM AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE: considerando que a energia elétrica é o segundo maior custo dentro da Despesa de Exploração da Corsan, é imprescindível o permanente controle dos contratos de fornecimento, buscando a tarifa mais adequada ao perfil operacional de cada unidade consumidora. Nessa perspectiva, a Corsan promoveu um pregão eletrônico em dezembro de 2019 para aquisição de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL. A expectativa é reduzir em média 10% da conta de energia nos próximos 10 anos, economizando até R\$284 milhões.

Universalização em esgoto - parcerias & alternativas

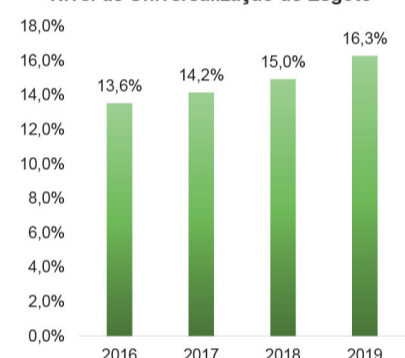
O grande volume de recursos aplicados em obras de esgoto ao longo dos últimos anos, a infraestrutura disponibilizada à medida que se concluem grandes obras por todo o estado e a regulamentação da cobrança pela disponibilidade do sistema de esgotamento em 2016 têm reflexo no crescimento do NUE, ainda que a efetivação das ligações não ocorra na mesma intensidade do montante investido. Por outro lado, cabe refletir sobre as mudanças no mercado de capitais destinados ao saneamento, fato que levou a Corsan a, não apenas diversificar a prospecção de financiamentos, mas lançar-se a novas alternativas para a universalização, tais como as parcerias público privadas e a incorporação da solução individual ao sistema público.

Investimentos em Esgoto

2016 - 2018 atualizados monetariamente
2019 realizado contábil



Nível de Universalização de Esgoto



PARCERIA PÚBLICO PRIVADA - PPP

O escopo da operação é a contratação de parceiro privado, na modalidade de concessão administrativa, para operação dos serviços de esgotamento sanitário, gestão do parque de hidrômetros e identificação e eliminação de fraudes pelo prazo de 35 anos, incluindo a complementação das obras de infraestrutura necessárias para atingimento da meta de 87,3% de atendimento em esgoto, no prazo de até 11 anos, e manutenção desta ao longo do período da concessão. O projeto abrange nove municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA (Canoas, Esteio, Sapucaia, Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada, Viamão, Guaíba e Eldorado do Sul). Os estudos de impacto evidenciaram que, além de uma alternativa de alavancagem de recursos de terceiros para execução das obras de infraestrutura, o modelo proporcionará ganhos em efetividade operacional e contribuirá, em médio prazo, na redução da Razão Operacional sem Receita de Construção (ROP). A universalização nos nove municípios contribuirá com o aumento de 15,77% no NUE corporativo, beneficiando a população da área urbana da região com a melhoria nos indicadores de saúde pública e na qualidade dos recursos hídricos. Contribuirá positivamente com outros indicadores corporativos, destacando-se EBITDA, Índice do Parque de Hidrômetros a Renovar, Satisfação do Cliente e Notificação Ligação Esgoto Corporativo. Estima-se que a população beneficiada seja, em um primeiro momento, de 500 mil pessoas, chegando a 1,7 milhão até o ano de 2055.



O edital da PPP da RMPA, lançado em agosto de 2019, foi pautado pelo respeito à livre concorrência e pela transparência. Ao longo do processo licitatório, houve reuniões com as empresas interessadas, visitas técnicas à infraestrutura atual, esclarecimento de dúvidas das licitantes, além de duas sessões públicas. Em novembro de 2019, foram recebidos três envelopes de proponentes para o certame e, após análise e pré-qualificação, foi realizado o leilão da licitação. O evento ocorreu na sede da B3, em São Paulo, chegando-se a uma proposta com desconto de 27,7% em relação ao preço máximo admissível (R\$ 3,41). O Consórcio Aegea foi o vencedor, propondo R\$ 2,40 por m3 de esgoto faturado, o que irá gerar uma **economia de R\$ 2,6 bilhões** na contraprestação total do projeto.

	Original	Leilão
Contraprestação total no período da PPP	R\$ 9.555.218	R\$ 6.928.255

em R\$ 1.000

SOLUÇÃO INDIVIDUAL

A solução individual é admitida pelo PLANSAB como parte do sistema público de esgotamento sanitário, em especial quando as

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2019

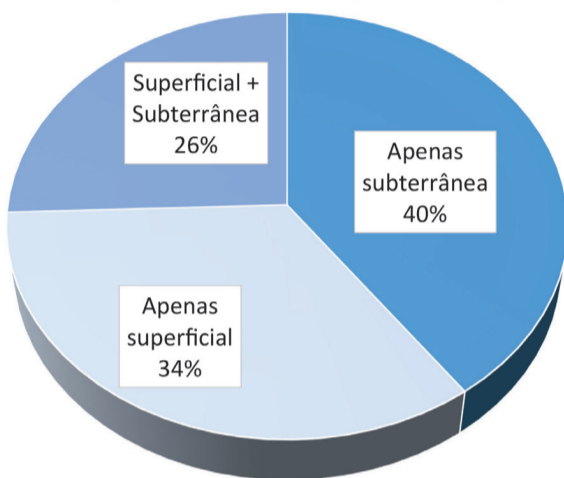
fossas sépticas são construídas e operadas adequadamente, e fiscalizadas com responsabilidade. Uma vez que essa solução é amplamente disseminada em todo o estado, em 2017 a Corsan iniciou a modelagem de sua inserção no escopo das iniciativas para a universalização. Desde então, muito se avançou para ofertar aos usuários da Companhia o serviço de limpeza programada de fossas, visto que assumir a limpeza e executar o serviço na frequência ideal vem a garantir que o lodo seja destinado de maneira ambientalmente correta.

Nesse contexto, o ano de 2019 foi marcado pela aprovação da Resolução Normativa 50/2019 Agergs, que veio a regulamentar o serviço de limpeza programada de fossas sépticas no âmbito de 284 municípios. A alternativa, indicada para locais de baixa densidade demográfica, comporá o plano de expansão em esgoto na maioria dos municípios do estado, total ou parcialmente. Com a regulamentação, a Corsan poderá planejar os investimentos e negociar os planos municipais de saneamento básico com o conforto de já possuir regramento e tarifa homologados pelo regulador de maior abrangência territorial.

Água universalizada – compromisso com a eficiência

ÁGUAS SUBTERRÂNEAS: o sistema de abastecimento de água por poços apresenta vantagens significativas, principalmente pela qualidade da água nas fontes subterrâneas. Muito embora a maioria dos poços perfurados não alcance vazões satisfatórias para o atendimento de uma grande cidade, em pequenas comunidades mostra-se a melhor alternativa diante dos investimentos necessários para um sistema de captação e tratamento convencional. A Corsan atua na captação e gestão de água subterrânea em municípios onde possui concessão dos sistemas de água e esgoto, e em pequenas comunidades não abastecidas pela rede pública estadual, através de Convênio com o Governo do Estado. Cerca de 70% dos municípios atendidos pela Companhia utilizam água de poços tubulares em seu sistema. A água subterrânea representa de 15 a 20% do volume total de água disponibilizada.

Municípios atendidos X captação de água

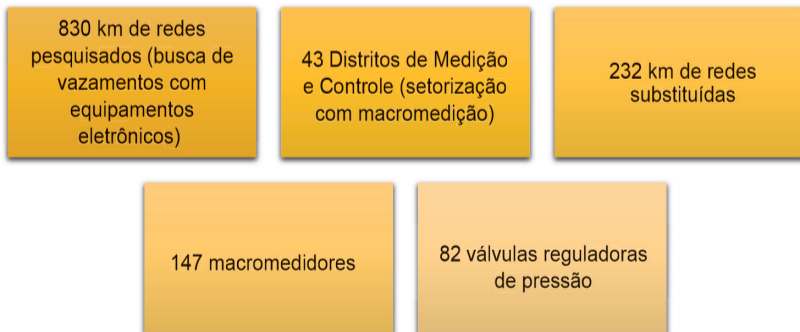


Em períodos de estiagem, quando há a escassez de recursos hídricos superficiais, a importância dos poços tubulares fica ainda mais aparente, por se tratar de uma solução de menor custo de implantação e manutenção. Apesar de a utilização de poços no abastecimento gerar economia com energia, pessoal, insumos e manutenção, nem todas as regiões são favoráveis à perfuração. Em 2019, 22% dos poços perfurados se revelaram secos. Nesse mesmo ano, o investimento de R\$1 milhão permitiu ampliar significativamente a capacidade de perfuração de poços profundos:

	Corsan	Secretaria de obras do RS	Total
Total de poços perfurados	68	33	101
Poços produtivos	38	20	58
Poços Secos	16	6	22
Poços nulos (desmoronamento, vazão insuficiente, água imprópria, etc.)	14	7	21
Poços improdutivo (nulos+secos)	30	13	43
% poços secos	24	18	42
% poços nulos + secos	44	39	84
Municípios atendidos	49	19	68
Localidades atendidas	49	28	77
Metros perfurados	12.368	6.584	18.952

5,6 MIL FAMÍLIAS BENEFICIADAS

GESTÃO DAS PERDAS DE ÁGUA NA DISTRIBUIÇÃO: o compromisso com a redução das perdas é compartilhado por todas as áreas da empresa, uma vez que envolve aspectos operacionais, comerciais, administrativos, financeiros, tecnológicos e de infraestrutura. Nesse sentido, está em curso o Projeto Estratégico *Implantar Plano Integrado de Gestão de Perdas*, com o objetivo de constituir e implantar uma política de gestão de perdas e um programa de ações transversal na organização, além de realizar ações imediatas de mitigação nos SAA. O orçamento de R\$ 128 milhões do projeto destina-se essencialmente a macromedicação, substituição de redes, setorização de redes, controle e redução de pressões, pesquisa de vazamentos e capacitação de pessoal. Dentre as ações realizadas até o final de 2019, destacam-se:



CENTROS DE CONTROLE OPERACIONAL – CCO: para atender melhor aos sistemas de abastecimento e prevenir desabastecimento, a Corsan vem aplicando tecnologias de primeira linha no controle à distância dos níveis dos seus reservatórios, operação de estações de bombeamento, pressões das redes e vazões. A partir de sensores eletrônicos instalados em pontos estratégicos da rede distribuidora, os dados são coletados e transmitidos ao Centro de Controle Operacional. As informações, visualizáveis instantaneamente e armazenadas em meio digital, permitem tanto análises mais profundas do sistema como as rápidas tomadas de decisão, permitindo antecipar as ações técnicas corretivas antes mesmo da comunicação de problemas para usuários. Estão previstos 31 Centros de Controle Operacional em toda a empresa, o que cobrirá 80% das economias com automação e/ou telemetria.

CCO inaugurados até 2019

Sistema Integrado Gravataí/Cachoeirinha
Santa Cruz do Sul
Bento Gonçalves
Imbé/Tramandaí
Xangri-lá/Capão da Canoa
Canoas
Corporativo

CCO previstos para 2020

Santa Maria
Passo Fundo
Sistema Integrado Alvorada/Viamão
Sistema Integrado Guaíba/Eldorado
Rio Grande
Campo Bom
Gramado/Canela

O CCO Corporativo Corsan, localizado em Porto Alegre, oferece infraestrutura e tecnologia para monitorar 24 horas por dia e em tempo real 29 sistemas automatizados no interior do estado.

Sustentabilidade socioambiental

FATURA POR E-MAIL CRESCE 400%: o envio da fatura dos serviços de água e esgoto via e-mail para usuários com cadastro de endereço alternativo passou de 108 mil beneficiados em 2018 para 440 mil em 2019, o que representa um incremento de 405%. A ação elimina a impressão da fatura (menos papel) e o envio ao destinatário pelos Correios (menos tempo), reduzindo custos e agilizando a disponibilização do documento para pagamento.

DOCUMENTAÇÃO DIGITAL BENEFICIA 2.000 ENTIDADES FILANTRÓPICAS: a documentação comprobatória para solicitação ou renovação de descontos para entidades filantrópicas passou a ser digitalizada no Sistema Comercial da Corsan. Essa

funcionalidade beneficiou mais de 2.000 entidades em 2019, eliminando a impressão e a tramitação de documentos físicos e reduzindo tempo de análise e concessão dos descontos.

CORSAN DESTINA 680 ELETROELETRÔNICOS VIA PROGRAMA SUSTENTARE: a Corsan, em parceria com a Procergs, aderiu ao programa de descarte de equipamentos de TI capitaneado pelo governo do estado. As ações da Companhia no programa consistem na separação de componentes dos equipamentos eletroeletrônicos e a posterior destinação ao processo de reciclagem adequado. Desde janeiro de 2018 até o momento, já foram destinados 680 volumes.

INCLUSÃO PARA 2.000 FAMÍLIAS NO PROGRAMA ÁGUA VIDA E CIDADANIA: o programa tem o propósito de definir critérios e requisitos para a regularização de ligações clandestinas em áreas de ocupações consolidadas, promovendo melhoria da qualidade de vida das pessoas e resgate da cidadania por meio do fornecimento de água tratada. Além disso, contribui para a redução das perdas no sistema de abastecimento, não apenas pela inclusão das famílias na formalidade, mas pela disseminação da cultura do consumo consciente e adequado. O programa vem sendo desenvolvido nos municípios de Eldorado do Sul, Viamão, Canoas e Horizontina, onde a expectativa é regularizar aproximadamente 2.000 ligações.

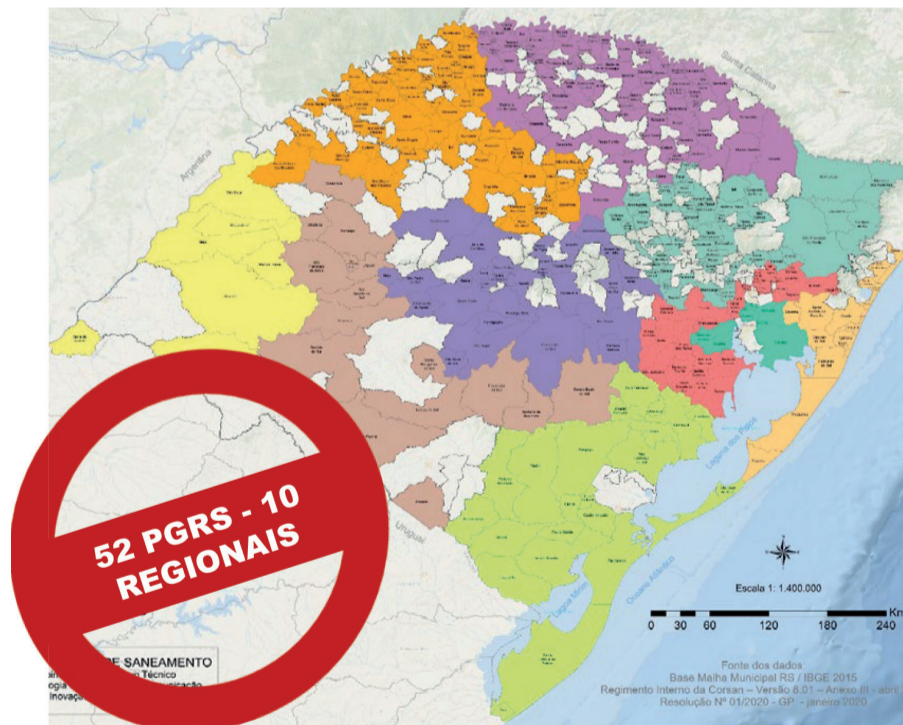
REGULARIDADE AMBIENTAL: a Companhia atuou com êxito nos processos de Licenciamento Ambiental de SAA e SES junto aos órgãos licenciadores dos empreendimentos em implantação e em operação, mediante a manutenção de 116 licenças de instalação e 202 licenças de operação vigentes ao final do ano de 2019. Quanto aos sistemas em fase de expansão, apenas no ano de 2019, foram obtidas 47 novas licenças para sistemas de esgotamento sanitário e para sistemas de abastecimento de água. Merece destaque também a atuação de equipes de supervisão ambiental em 56 contratos de obras em andamento, a fim de manter a regularidade dos empreendimentos, com fiscalização e orientação técnica sistemática.



RECUPERAÇÃO DE BIOMAS E HORTO FLORESTAL: desde 2018, a Corsan vem investindo na regularização de um passivo de Reposição Florestal Obrigatória, junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema-RS). O déficit refere-se a obras realizadas ao longo de mais de duas décadas. Como carro-chefe das ações, destaca-se a assinatura de dois convênios, um com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul (Fetag-RS) para desenvolvimento do projeto Recuperação de Biomass, e outro com o município de Cachoeirinha para revitalização da educação ambiental por intermédio do Horto Florestal Municipal Chico Mendes. Com esses dois projetos, a Companhia regularizará um passivo de 154 mil mudas de árvores nativas, adotando uma alternativa mais efetiva para a empresa e para o meio ambiente.

TRABALHO TÉCNICO SOCIAL – 29 EMPREENDIMENTOS, 23 MUNICÍPIOS, 28 MIL PESSOAS: durante as obras de implantação e ampliação de sistemas de água e de esgoto, é desenvolvido o Trabalho Técnico Social (TTS) junto às comunidades beneficiadas, com o propósito de preparar as populações para receber e usufruir dos benefícios do saneamento de forma consciente e cidadã. A ação se dá em três momentos distintos: antes do início das obras, para conhecer a comunidade beneficiária; durante as intervenções de engenharia, para informar a população sobre o andamento e a importância da obra para a saúde e o meio ambiente; após a conclusão e funcionalidade das obras, para sensibilizar as pessoas sobre a importância de se conectar à rede. Em 2019, o TTS foi desenvolvido em 29 empreendimentos que abrangem 23 municípios. Foram realizadas 261 atividades com a população, envolvendo aproximadamente 28.000 pessoas. Destaca-se, nesse período, o aumento de atividades da fase de incentivo à efetivação das ligações, com 18 atividades realizadas, mobilizando cerca de 9.500 pessoas.

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: no aspecto legal, os Planos de Gestão de Resíduos Sólidos - PGRS objetivam atender à Política Nacional de Resíduos Sólidos e à Política Estadual de Resíduos Sólidos. No entanto, o propósito dos programas é bem mais amplo na Corsan, considerando que a cultura da sustentabilidade deve ancorar-se em instrumentos que materializem intenções em ações efetivas. Nesse sentido, o ano de 2019 foi profícuo, com a elaboração de 52 PGRS de Sistemas de Abastecimento de Água e de Sistemas de Esgotamento Sanitário, abrangendo municípios de todas as Regionais.



Gestão de Pessoas

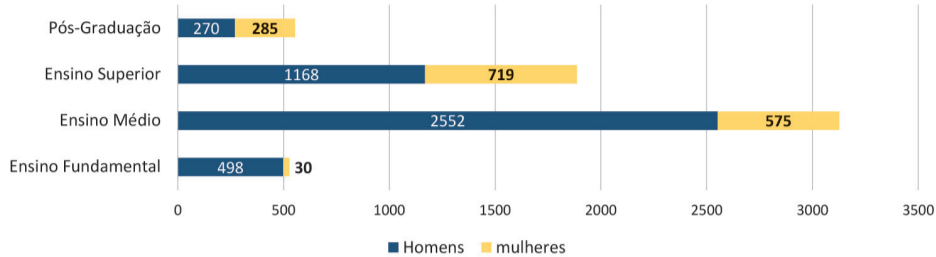
Considerando que a presença da Corsan nos 317 municípios atendidos depende essencialmente da ação humana, a força de trabalho é um dos principais capitais da empresa. Nesse sentido, a política de gestão de pessoas assenta-se no respeito às individualidades de quase seis mil empregados (na sua maioria usuários dos serviços que prestam), salvaguardado sempre o interesse da sociedade, as estratégias do negócio e o incentivo a trajetórias profissionais que agreguem vantagens competitivas para a Companhia.

Total de Empregados

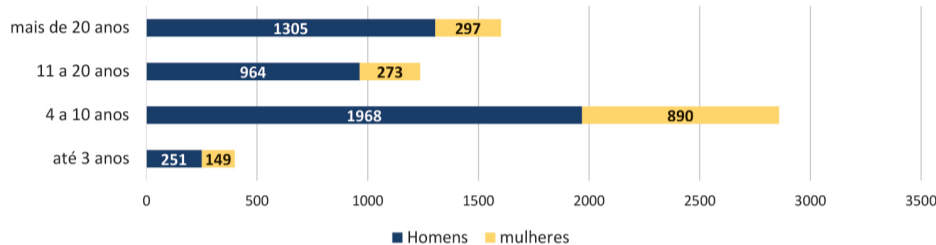


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2019

Empregados por grau de instrução



Empregados por tempo de serviço



AÇÕES ESTRATÉGICAS NA GESTÃO DE PESSOAS

Modelo de Gestão de Pessoas	Consolidação do novo modelo de gestão por competências e da cultura de desenvolvimento do empregado
Avaliação de Desempenho	Aprimoramento do processo de avaliação dos empregados, inserindo as habilidades sociais/comportamentais (<i>soft skills</i>), além da tradicional aferição das habilidades técnicas/intelectuais (<i>hard skills</i>)
Capacitação em SST - Saúde e Segurança no Trabalho - 2.300 oportunidades de atualização em 2019	NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes CIPA NR 33 – Trabalho em Espaço Confinado NR 35 – Trabalho em Altura Segurança com Cloro em ETA
Projeto Qualidade de Vida na Corsan	Ações de saúde preventiva do trabalhador nas Regionais (palestras e dinâmicas de grupo)

O Projeto Qualidade de Vida na Corsan fomenta a discussão de temas essenciais sobre saúde física, mental e emocional, com o diferencial de ocorrer no local de trabalho, onde o diálogo se torna mais próximo das realidades de cada comunidade, respeitando a diversidade e a riqueza que emergem dessa aproximação. O principal propósito é dar atenção, cuidar e valorizar as pessoas, estratégia que tem potencial de diminuir o número de afastamentos, acidentes do trabalho e faltas. As ações iniciaram em setembro de 2018 e findarão em maio de 2021. Com 51% de realização até o final de 2019, o Projeto já alcançou 890 empregados, abordando diferentes questões, de acordo com cada mês do ano:



Janeiro Branco – Saúde Mental
Fevereiro Laranja – Doenças Autoimune
Março Dourado – Pessoa com Deficiência
Abril Verde – Saúde do Trabalhador
Maio Lilás – Assédio Moral e Sexual
Junho Turquesa – Álcool e Outras Drogas
Julho Grenal – Acidente do trabalho
Agosto Prata – Combate ao Fumo
Setembro Amarelo – Prevenção ao Suicídio
Outubro Rosa – Saúde da Mulher
Novembro Azul – Saúde do Homem
Dezembro Vermelho – AIDS e ISTs

Inovação – tecnologia & pesquisa em parceria

NOVO ERP CORSAN – INVESTIMENTO DE R\$ 18 MILHÕES PARA CONECTAR PROCESSOS E PESSOAS: dentro do planejamento estratégico da Companhia, o projeto Corsan Conecta implantará um novo sistema de gestão empresarial, integrando sistemas utilizados no âmbito administrativo, financeiro e de planejamento. A solução adquirida foi a SAP S/4HANA, e o cronograma prevê que o Go Live será dado em novembro de 2020. Após três meses de produção assistida, serão entregues os módulos Gestão de Recursos Humanos – GRH, Gestão Financeira e Contábil – GFC, Gestão de Ativos – GAT, Gestão de Aquisições – GAQ e Gestão de Planejamento – GPL. O investimento de R\$ 18,5 milhões em dois anos transformará radicalmente a estrutura e os processos da Companhia, resultando em benefícios tais como a gestão integrada, com *feedback* em tempo real, proporcionando maior agilidade na tomada de decisão e maior confiabilidade nas informações prestadas. Além disso, o ganho com a otimização dos recursos financeiros e de capital humano contribuirá para tornar a empresa mais sustentável.



CADASTRO TÉCNICO GEORREFERENCIADO: o cadastro georreferenciado das redes de água e esgoto cobrirá os 78 maiores sistemas da Companhia. Atualmente há 18 núcleos de geoinformação implantados nas coordenadoras operacionais locais. A estimativa é chegar a 30 núcleos. A gestão do cadastro de redes é feita por meio do Sistema Geoportais Corsan, que hoje já integra informações do cadastro comercial correspondentes a 80% da integração já concluída com o CCO Corporativo. Extrapolando o escopo do projeto estratégico, o SGTGEO (atualização) e o Geoportais (gestão) já têm se mostrando excelentes ferramentas de apoio às diversas áreas da empresa, tais como operacional, comercial, ambiental, dentre diversas outras que já estão sendo beneficiadas pela informação dinâmica, ágil e produtiva para a tomada de decisão.

AUTOMATIZAÇÃO DA GESTÃO DE OBRAS CONCLUÍDAS: durante o ano de 2019 foi desenvolvido um *workflow* para mapeamento, integração e automatização das etapas que se seguem à conclusão de uma obra (água ou esgoto), até a efetivação das ligações e sua comercialização. O trabalho mobilizou uma equipe multidisciplinar, utilizando 160 horas de desenvolvimento e 12 horas de treinamento. A fase de homologação e implantação ocorrerá nos primeiros meses de 2020, quando serão carregados mais de 140 empreendimentos finalizados (o legado histórico), bem como todos os novos empreendimentos.

PROTÓTIPO DE INTENÇÃO PARA PESQUISA E INOVAÇÃO: em 2019 foram assinados dois protocolos de mútua colaboração em pesquisa, com a Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha e com a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, para desenvolvimento e inovação em diversas áreas de atuação da Corsan.

CORSAN E SABESP: foi assinado em dezembro de 2019 Memorando de Entendimento com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, visando à execução conjunta de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor do saneamento.

II SEMINÁRIO CORSAN DE PESQUISA E INOVAÇÃO: durante o XIV Simpósio Latino-Americano de Química Analítica Ambiental, o IX Encontro Nacional de Química Ambiental e o XII Workshop em Avanços Recentes no Preparo de Amostras, a Corsan se fez presente com palestras conjuntas ministradas por pesquisadores e técnicos da empresa, dando visibilidade às pesquisas aplicadas, ao desenvolvimento de protótipos e à garantia de patentes compartilhadas.

DESAFIO CORSAN & FUNDAÇÃO LIBERATO DE EMPREENDEDORISMO E SOLUÇÕES INOVADORAS: o evento conjunto desafiou os alunos do ensino técnico da instituição a desenvolverem soluções para problemas propostos pela Companhia. Foram mobilizados 250 estudantes.

PESQUISAS COM INCENTIVO DA LEI FEDERAL 11.196/05 – LEI DO BEM:

	APORTE	LEI DO BEM	CONTRAPARTIDA
FURG			
Processos Oxidativos	26.386	15.832	24.000
Ecotoxicologia	36.193	21.716	17.055
Respirometria on-line	26.515	15.909	-
Novos Coagulantes	128.319	76.991	59.625
Novos Contaminantes	293.567	176.140	70.000
	293.567	176.140	70.000
EMBRAPA			
Potencial do uso dos lodos	505.790	303.474	-
Zoneamento agrossilvicultural	66.536	39.922	-
Cotimento de ETes	205.877	123.526	-
	205.877	123.526	-
UNISINOS			
Método Genômica	127.759	76.655	-
UFRGS			
Abatimento de Cargas	691.090	414.654	-
Novos Contaminantes	226.740	136.044	372.696
Gestão da Conservação	155.554	93.332	60.526
	1.073.384	644.030	433.222
FEEVALE			
Água de reúso	86.000	51.600	28.500
UFSM			
Desfluoretação	263.356	158.013	91.193
Filtração Margem / Disco	169.150	101.490	24.050
Eletrocoagulação-flotação	164.787	98.872	101.160
Novos Contaminantes	594.100	356.460	80.000
	1.191.393	714.836	296.403
UPF			
Rede de Telemetria	211.029	126.617	-
Sistema inteligente e chatbot	135.428	81.257	-
H2OJE	205.621	123.373	-
	552.078	331.247	-
OCEANTEC			
ETA 4.0	863.836	518.302	-
	4.393.893	2.636.336	828.125
		7.858.353	

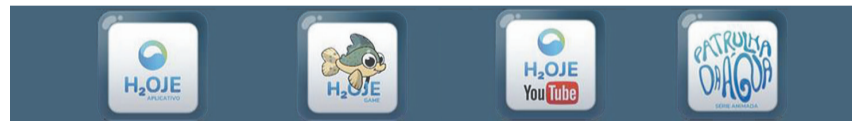
Relacionamento com a sociedade

OPERAÇÃO VERÃO 2019: a tradicional mobilização da Corsan para oferecer serviços de qualidade a moradores e veranistas do litoral gaúcho contempla uma série de ações especiais: reforço das equipes e equipamentos, ampliação do horário de atendimento nas unidades, instalação e manutenção de chuveirinhos nas praias, apoio a projetos culturais, esportivos e de lazer, etc.

SEMANA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE MOVIMENTO 90 MUNICÍPIOS: entre 03 e 07 de junho de 2019, as superintendências regionais da Corsan movimentaram a população de 90 municípios, com visitas orientadas a estações de tratamento de água, palestras e atividades em escolas, coleta e destinação de resíduos, distribuição de material educativo para o público infanto-juvenil, doação de mudas de árvores nativas e frutíferas e sementes de hortaliças.

SEMANA INTERAMERICANA DA ÁGUA MOBILIZA 14 MIL PESSOAS: entre 04 e 11 de outubro foi a vez de 120 municípios participarem das ações de educação ambiental da Corsan – visitas a estações de tratamento, palestras, plantio de mudas, coleta e destinação de resíduos e limpeza em cursos d'água. Em 2019, o tema desenvolvido foi *Água segura = vida saudável*. Mais de 14 mil pessoas participaram das atividades, nas dez regionais.

APP H2OJE – GAME, INFORMAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: em 2019 foi lançado o aplicativo/portais H2OJE, que dissemina a cultura da sustentabilidade para além das portas da Corsan. Está disponível para download gratuito nas lojas Google Play e Apple Store, e pode ser acessado ainda pela plataforma www.h2oje.com. O H2OJE funciona como um agregador de informações, notícias, vídeos, game, materiais de apoio e materiais pedagógicos relacionados ao meio ambiente, à poluição, à preservação da água e à importância do tratamento do esgoto para o planeta. É indicado para todas as idades e para todos os públicos.



CERTIFICAÇÕES, PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS

ISO 9001:2015	Certificação de 40 processos operacionais, envolvendo 14 municípios, abrangendo tratamento e monitoramento de água e esgoto, serviços de manutenção eletromecânica, controle analítico de água e esgoto, produção de sulfato de alumínio e distribuição de produtos químicos.
ISO 17025:2017	Reconhecimento, junto à Rede Metrologia RS, dos 67 parâmetros utilizados pelos laboratórios da Superintendência de tratamento de Efluentes Líquidos do Polo Petroquímico - SITEL.
ISO 14001:2015	Recertificação do Sistema de Gestão Ambiental da SITEL, de acordo com os requisitos da Norma ABNT NBR ISO 14001:2015 para o período de 2019 a 2022.
Responsabilidade Social 2019	A Corsan foi vencedora, pelo terceiro ano consecutivo, na categoria Entidades Governamentais, no evento promovido pela Assembleia Legislativa do RS.
500 Maiores do Sul 2019	A Corsan destacou-se na posição 37 do ranking de Grandes & Líderes, o qual avalia as maiores empresas da região sul do Brasil, segundo pesquisa da Revista Amanhã.
100 Maiores do RS 2019	A Corsan destacou-se com a posição 14 no ranking Grandes & Líderes da Revista Amanhã.
Marcas de quem decide	Na 21ª edição da premiação promovida pelo Jornal do Comércio e pela Qualidata, a Corsan conquistou o segundo lugar entre as Empresas Públicas Gaúchas. A posição foi obtida nos dois segmentos da pesquisa: Lembrança e Preferência.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, os serviços de auditoria independente foram contratados junto à empresa Audilink e Cia. Auditores, cujo contrato foi renovado para o encerramento do exercício de 2019. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Cumpre registrar que os auditores externos realizaram serviços exclusivamente relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Agradecimentos

A Corsan agradece aos acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, aos clientes, aos empregados, aos fornecedores, aos entes reguladores e fiscalizadores, às instituições financeiras e às entidades de classe pela excelência no relacionamento, o que tornou possíveis os êxitos obtidos no exercício 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		736.947	637.436
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	92.981	66.164
Contas a receber de clientes	6	359.533	342.051
Estoques	7	94.536	82.261
Tributos a recuperar	8.c	10.384	9.775
Depósitos judiciais	22	171.450	129.338
Outros créditos		8.063	7.847
NÃO CIRCULANTE		4.730.131	4.579.828
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.709.960	2.651.852
Aplicações financeiras	5.b, 18	70.196	66.965
Contas a receber de clientes	6	5.346	7.285
Aplicações no caixa único do Estado	25.a	2.214	6.915
Créditos fiscais diferidos	8.a	91.313	454.428
Depósitos judiciais	22	239.779	259.420
Ativos financeiros contratuais	11	341.039	365.781
Indenização por desapropriação	10	97.377	87.877
Tributos a recuperar	8.c	10.966	-
Ativos de contratos	12	1.625.243	1.396.320
Indenizações contratuais	9	224.768	1.989
Outros créditos		1.719	4.872
INVESTIMENTOS		923	923
IMOBILIZADO	13, 15.a	183.849	121.625
INTANGÍVEL	14	1.835.399	1.805.428
TOTAL ATIVO		5.467.078	5.217.264
PASSIVO			
CIRCULANTE		975.333	753.818
Empréstimos e financiamentos	17	71.199	65.811
Debêntures	18	9.591	9.232
Fornecedores		123.106	113.736
Impostos e contribuições		63.035	53.321
Parcelamentos de impostos e contribuições	19	15.255	14.471
Dívidas com Fundação Corsan	25.e	21.585	21.332
Ordenados, férias e encargos a pagar		82.449	72.593
Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas	22	193.821	144.596
Participação nos resultados		19.489	25.727
Dividendos e juros sobre o capital próprio	25.a	285.761	222.613
Passivos de arrendamento	15.b	23.445	-
Obrigações contratuais	20	53.604	-
Outros débitos		12.993	10.386
NÃO CIRCULANTE		2.091.451	2.320.969
Empréstimos e financiamentos	17	512.849	545.261
Debêntures	18	4.548	13.924
Parcelamentos de impostos e contribuições	19	30.511	43.415
Dívidas com Fundação Corsan	25.e	-	18.914
Contratos de repasse	21	43.437	21.331
Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas	22	595.854	687.753
Provisão para benefício pós-emprego	23	846.590	982.864
Débitos fiscais diferidos	8.b	16.727	7.507
Passivos de arrendamento	15.b	40.935	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.353.111	2.095.294
Capital social	24.a	1.635.145	1.635.145
Reservas de capital	24.b	17.148	17.148
Reservas de lucros	24.e	669.844	499.554
Outros resultados abrangentes	24.c	30.974	(56.553)
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.f	47.183	47.183
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		2.400.294	2.142.477
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.467.078	5.217.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2019	2018
RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS	26	2.849.490	2.693.600
Custos das vendas, serviços e de construção	27	(1.984.344)	(1.781.746)
LUCRO BRUTO		865.146	911.854
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(246.720)	(567.828)
Despesas comerciais	27	(138.861)	(131.361)
Despesas administrativas	27	(444.035)	(504.012)
Outras receitas operacionais	27	390.043	93.776
Outras despesas operacionais	27	(53.867)	(26.231)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		618.426	344.026
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	28	17.101	43.646
Receitas financeiras		77.063	104.198
Despesas financeiras		(59.962)	(60.552)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		635.527	387.672
<i>Corrente</i>	8.a	(31.343)	(123.287)
Contribuição social		(31.343)	(34.601)
Imposto de renda		-	(88.686)
<i>Diferido</i>	8.a	(303.031)	27.702
Contribuição social diferida		(16.518)	7.343
Imposto de renda diferido		(286.513)	20.359
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		301.153	292.087
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO			
PN		0,49984	0,48480
ON		0,45440	0,44072
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO			
PN		0,49984	0,48480
ON		0,45440	0,44072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	301.153	292.087
Outros resultados abrangentes	87.527	(46.739)
Realização da reserva de reavaliação	16.894	(1.649)
Ganho (perda) atuarial - Fundação Corsan	130.717	(68.318)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(60.084)	23.228
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	388.680	245.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	635.527	387.672
Ajustes para reconciliação:		
Depreciação e amortização	148.151	128.553
Baixa de imobilizado e intangível	160	1.020
Provisão para perda esperada	9.940	(2.264)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(66.048)	129.207
Provisão para benefício pós-emprego	(5.557)	(13.865)
Reversão de provisão precatórios	(143.100)	-
Atualização monetária de precatórios	(74.848)	-
Juros e variações monetárias	78.010	84.157
Rendimento sobre aplicações financeiras de curto prazo	(1.969)	3.342
Ajuste a valor presente sobre clientes	1.115	(5.067)
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	(31.242)	(41.298)
Margem na construção de obras - contratos de concessão	(2.975)	(3.246)
Provisão para tributos diferidos (Cofins/Pasep)	9.221	(454)
Lucro líquido ajustado	556.385	667.757
Variáveis nos ativos e passivos		
Variáveis nos ativos:		
Aumento de contas a receber de clientes	(26.597)	(11.616)
Aumento de estoques	(12.275)	(5.804)
Aumento de depósitos judiciais	(22.472)	(61.128)
Redução (aumento) de rendimentos do Caixa Único	4.701	(3.092)
Aumento de indenização por desapropriação	(9.500)	(11.272)
Aumento de depósitos em garantia	(128)	(69)
Aumento de outros créditos	(3.086)	(506)
Variáveis nos passivos:		
Aumento (redução) de fornecedores	9.363	(4.684)
Aumento de impostos e contribuições	9.714	4.218
Redução de impostos e contribuições - parcelamento	(14.906)	(14.093)
Redução de dívidas com Fundação Corsan	(21.815)	(52.999)
Aumento de férias e encargos a pagar	9.856	2.705
Redução de participação nos resultados	(6.238)	(5.324)
Aumento de obrigações contratuais	53.604	-
Aumento (redução) de outros débitos	2.608	(1.031)
Caixa proveniente das operações	529.214	503.062
Imposto de renda e contribuição social pagos	(41.727)	(130.333)
Empréstimos e financiamentos - pagamento de juros	(39.704)	(31.979)
Caixa líquido das atividades operacionais	447.783	340.750
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aplicações financeiras	(1.135)	(6.929)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(19.998)	(39.840)
Custos de construção - contratos de concessão	(235.009)	(249.708)
Outras aquisições intangível	(68.062)	(78.253)
Caixa líquido das atividades de investimento	(324.204)	(374.730)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos - captação	59.515	248.390
Empréstimos e financiamentos - pagamento	(94.382)	(92.481)
Debêntures - pagamento	(10.157)	(10.464)
Contratos de repasse - Governo Estadual/Funasa/ANA	22.106	16.189
Dividendos/juros sobre capital próprio - pagamento	(50.821)	(152.375)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	11.182
Baixa de passivo de arrendamento	(23.023)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(96.762)	20.441
Redução (aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa	26.817	(13.539)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	92.981	66.164
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	66.164	79.703
Variável de caixa e equivalentes de caixa	26.817	(13.539)
Itens que não afetam caixa (Nota 2.2)		
Transferências entre ativo financeiro e intangível	26.219	89.232
Transferências entre estoque e intangível	5.590	8.652
Juros capitalizados	22.024	23.075
Transferência entre contratos de repasse e AFAC	-	4.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Receitas	3.452.547	2.993.297
Vendas de mercadorias e serviços	2.879.624	2.690.473
Receitas de construção	237.983	252.955
Provisão para perda esperada	(9.940)	2.264
Outras receitas	344.880	47.605
Insumos adquiridos de terceiros	(1.225.059)	(1.146.088)
Custos dos serviços	(1.039.499)	(928.113)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(189.753)	(196.125)
Outros	4.193	(21.850)
Valor adicionado bruto	2.227.488	1.847.209
Depreciação e amortização	(148.151)	(128.553)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.079.337	1.718.656
Valor adicionado recebido em transferência	96.919	115.677
Receitas financeiras	77.063	104.198
Doações e subvenções	19.856	11.479
Valor adicionado total a distribuir	2.176.256	1.834.333
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	1.051.354	969.304
Remuneração	724.058	687.989
FGTS	37.001	33.935
Benefícios	221.195	221.235
Fundo de previdência	69.100	26.145
Impostos, taxas e contribuições	757.631	483.434
Federal	737.909	466.424
Estadual	17.895	15.061
Municipal	1.827	1.949
Remuneração de capitais de terceiros	66.118	89.508
Despesas financeiras	59.962	60.552
Aluguéis	6.156	28.956
Remuneração de capitais próprios	301.153	292.087
Juros sobre o capital próprio	113.969	133.792
Lucros retidos	187.184	158.295
Total do valor adicionado distribuído	2.176.256	1.834.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital
	Auxílios para obras	Doações e subvenções para investimentos	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros						
Saldos em 31 de dezembro de 2017	939.148	9.262	7.886	106.896	1.754	926.957	(9.814)	-	1.982.089	31.911	2.014.000
Integralização de Capital	695.997	-	-	-	-	(695.997)	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.272	15.272
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(1.649)	1.649	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	(45.090)	-	(45.090)	-	(45.090)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	292.087	292.087	-	292.087
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:											
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(133.792)	(133.792)	-	(133.792)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	14.604	582	144.758	-	(159.944)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.635.145	9.262	7.886	121.500	2.336	375.718	(56.553)	-	2.095.294	47.183	2.142.477
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.635.145	9.262	7.886	121.500	2.336	375.718	(56.553)	-	2.095.294	47.183	2.142.477
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	24.c	-	-	-	-	-	16.894	(16.894)	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	70.633	-	70.633	-	70.633
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	301.153	301.153	-	301.153
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:											
Juros sobre o capital próprio	24.d	-	-	-	-	-	-	(113.969)	(113.969)	-	(113.969)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	24.e	-	-	15.058	58	155.174	-	(170.290)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.635.145	9.262	7.886	136.558	2.394	530.892	30.974	-	2.353.111	47.183	2.400.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1) Informações sobre a Companhia

A Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan ("Companhia") é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010, e pela Lei nº 14.833, de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da Corsan é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura.

O objeto social da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, relativas à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua em 317 municípios do Rio Grande do Sul com a prestação do serviço de abastecimento de água, sendo 299 contratos de programa e 18 contratos de concessão, e, concomitantemente, em 299 municípios com a prestação do serviço de esgotamento sanitário. Em 31 de dezembro de 2019, há 08 contratos de concessão cujos prazos expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

1.2) Informações por segmento

Os segmentos operacionais são determinados de forma consistente com os relatórios internos do principal gestor das decisões operacionais da Companhia, que no caso da Corsan é a Diretoria Colegiada, em relação a tomada de decisões estratégicas, alocação de recursos e avaliação do desempenho.

A prestação de serviços da Companhia tem características e natureza semelhantes, bem como a mesma categoria de clientes. A Administração entende, com base na prestação de serviços simultâneos de abastecimento de água e tratamento de esgoto, em conjunto com o ambiente regulatório em que está inserida, que atua sob um único segmento de negócios, que é a prestação de serviços de saneamento básico.

1.3) Capital circulante líquido negativo

A Companhia presta serviços sob regime de concessão pública, sendo o contrato de programa o instrumento legal que rege as relações entre as partes. O prazo médio de concessão gira em torno de 25 a 30 anos, que seria o prazo de recuperabilidade dos investimentos realizados.

Nesse sentido, ao realizar investimentos em curto espaço de tempo (entre 5 a 10 anos), a Companhia precisa buscar fontes de recursos no mercado, os quais muitas vezes têm o prazo de pagamento/quitação inferior ao prazo de recuperabilidade destes investimentos.

O capital circulante líquido negativo apresentado em 31 de dezembro de 2019 é reflexo do perfil de negócios da Companhia, que tem como característica o endividamento de curto prazo, enquanto a geração de caixa se dá no ativo não circulante. Essa geração de caixa permite à Companhia cumprir com seus compromissos de curto prazo.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras pela Diretoria, bem como a autorização para divulgação pelo Conselho de Administração, ocorreu no dia 03 de dezembro de 2021.

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia.

A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência.

2.4) Ativos financeiros contratualizados

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estes créditos a receber são classificados no ativo não circulante, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.5) Provisão para perdas esperadas

As perdas esperadas foram calculadas com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado.

A política de recuperação de créditos praticada pela Companhia, contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, a provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais, Poder Público Federal e Municipal vencidos há mais de 180 dias.

A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do setor Estadual e dos Municípios que têm participação na Companhia por se tratarem de partes relacionadas e controlador (no caso do Estado) e devido ao histórico de regularização de débitos através de pagamentos recíprocos.

2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante, visto que sua expectativa de utilização é de doze meses. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o valor líquido realizável.

2.7) Investimentos

Os investimentos se referem a participações em outras empresas, sem influência significativa, e estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados à atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou de construção. Quando uma manutenção relevante for feita e gerar expectativa de benefício futuro, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, com segue:

	Vida útil do Imobilizado
Edifícios	25 anos
Máquinas	10 anos
Veículos	5 anos
Sistemas de esgoto próprios	25 anos
Demais bens móveis	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo, que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo até estar devidamente instalado e pronto para sua utilização.

2.9) Arrendamento mercantil

A Corsan aplicou as diretrizes do CPC 06 (R2)/IFRS 16, a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2019, que determina o reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados e o passivo dos pagamentos futuros para contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de arrendamento, e que incluem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinados ativos.

A Companhia definiu a mensuração de determinados ativos de direito de uso ("ativo de arrendamento – locação de imóveis") pelo valor igual ao seu passivo de arrendamento, sendo sua realização conforme os prazos dos contratos, sem a reapresentação de períodos comparativos. Os passivos de arrendamento foram mensurados a valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental. Para estes contratos, foi aplicada taxa CDI à razão de 5,94% a.a, mais 0,5% a.a, a título de risco de crédito.

A Companhia analisou os contratos de arrendamentos vigentes em 31 de dezembro de 2018. Esta análise identificou impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de veículos, imóveis e equipamentos de informática locados de terceiros. Foram identificados 36 contratos aos quais se aplicam a CPC 06(R2)/IFRS 16.

A Companhia aplicou a isenção de reconhecimento prevista no CPC 06(R2)/IFRS 16, especificamente a seus arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e arrendamentos de ativos de baixo valor, mantendo o reconhecimento destas despesas ao longo do seu período de arrendamento.

Os valores envolvidos na contabilização estão descritos na nota 15.

2.10) Ativos de contratos

Conforme determinado pelo CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICP 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato durante o período de construção e transferidos para o ativo intangível somente depois de concluídos.

São reconhecidos os custos incorridos com materiais, mão-de-obra direta e indireta e outros gastos que a empresa efetuar na construção e instalação, até o momento em que os bens entram em operação. Após a conclusão, os bens são transferidos para o ativo intangível, quando amortizáveis dentro de um contrato de programa; para o ativo financeiro, para seus valores subsequentes; e para o ativo imobilizado, para ativos próprios ligados a atividades-meio operacionais.

Os gastos indiretos reconhecidos, são apropriados aos custos capitalizáveis indiretos e rateados de acordo com as entradas mensais atribuídas aos serviços técnicos operacionais ligados aos projetos e obras.

2.11) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário denominados contratos de programa. Os contratos de programa são firmados com os municípios e representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, durante o prazo de vigência.

A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICP 01 Contratos de Concessão. O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.16, deduzida do valor alocado no ativo financeiro. O registro é realizado de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro). Neste modelo, a Companhia registra parte no ativo intangível a outra parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do contrato. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível, ajustado a valor presente, a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato.

A amortização do ativo iniciará quando a infraestrutura estiver em seu local e na condição necessária para ser operada pela Companhia, sendo cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido, baixado ou deixado de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. Os bens patrimoniais são amortizados de forma linear pela vida útil dos mesmos.

As taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens estão indicadas a seguir:

	Vida útil do intangível	Prazo médio de concessão
Sistemas de água	50 a 60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	50 a 60 anos	25 anos
Bens de uso geral	10 anos	25 anos

Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para serem utilizados.

A Companhia iniciou a implantação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial (Enterprise Resource Planning – ERP SAP) em julho de 2019, tendo prazo de execução estimado em 24 meses.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs).

Em virtude da interdependência dos sistemas e da metodologia de subsídio cruzado, aplicável às localidades e à prestação de serviços de saneamento básico, que faz com que a tomada de decisões na Companhia seja centralizada e baseada nas informações consolidadas da Corsan, a Administração entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC).

2.12) Instrumentos financeiros

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativos financeiros contratuais, tributos a recuperar e indenizações contratuais. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, dívidas com a Fundação Corsan, obrigações contratuais referentes aos contratos de programa e contratos de repasse.

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Para os ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas são registrados no resultado. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, dependerá da opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido (ou não) um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, se aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48/IFRS 9 e reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.13) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente levando em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação Corsan, entidade fechada de previdência complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação Corsan é do tipo "benefício definido" e a avaliação é precedida por atuarial independente.

De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695, de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e IAS 19 – Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período até que o direito aos benefícios seja adquirido.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação Corsan.

2.15) Impostos e contribuições

Contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor a recuperar ou a pagar para as autoridades fiscais. A alíquota da contribuição social (9%) e as regras tributárias utilizadas para apurar o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real.

Contribuição social diferida

De acordo com o CPC 32(R2) e o IAS 12, vêm sendo registrados os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos.

Imunidade de impostos federais

Em razão da imunidade tributária, obtida a partir da decisão monocrática que reconheceu a imunidade de impostos federais à Corsan, bem como a restituição dos valores pagos nos exercícios de 1988 a 2018, em 2019 a Companhia deixou de apurar e recolher o IRPJ (imposto de renda pessoa jurídica) e o ITR (imposto territorial rural).

Embora a decisão tenha condenado a União à devolução dos valores pagos, não há informações que nos permitam estabelecer o montante preciso, nem o momento em que o crédito será disponibilizado.

Diante disso e de acordo com o previsto no CPC 25 - Provisões de Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, o ativo contingente não foi reconhecido contabilmente.

Contribuições sobre receitas de serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%

2.16) Reconhecimento da receita

Prestação de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na receita projetada, à qual aplica-se o percentual correspondente aos dias de consumo que irão compor o faturamento do mês seguinte, mas que, em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consumo e são contabilizadas na conta de Receitas a Faturar. Esta contabilização é efetuada de forma segregada entre serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (1,27% em 31 de dezembro de 2019 e 1,30% em 31 de dezembro de 2018).

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.17) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado como dividendo e é apresentado nas demonstrações financeiras como redução do Patrimônio Líquido, conforme Deliberação CVM nº 683/12.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

As informações de juros sobre o capital próprio estão apresentadas na Nota 24.d.

2.18) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento;

Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;

Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

2.19) Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto.

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos, as contas a receber de longo prazo e os passivos de arrendamento foram ajustados a valor presente.

2.20) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.21) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, consequentemente, não há evento que possa diluir os lucros atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, os lucros básico e diluído são de idêntico valor.

2.22) Programa de participação nos lucros e resultados – PPLR

Mensalmente são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Ao final do exercício são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.23) Custo de empréstimo

Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo. Conforme ICPC 01(R1)/IFRIC 12, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos relacionados aos contratos de programa de serviços públicos. Após a finalização da obra os valores são registrados no resultado no período em que ocorrerem.

2.24) Reserva de retenção de lucros

A reserva de lucros é constituída do saldo remanescente após as destinações para a reserva legal e dividendos obrigatórios e compensação de eventuais prejuízos acumulados.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Entretanto, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Receitas a faturar

As receitas ainda não faturadas são estimadas a partir da projeção da receita, à qual aplica-se percentual proporcional aos dias de consumo do faturamento do mês subsequente, mas que devem ser reconhecidos no mês de efetivo consumo, sendo contabilizadas na conta de Receitas a Faturar. A contabilização é realizada de forma segregada entre serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Quando necessário, a Administração pode decidir contratar pareceres de especialistas tributários para suportar a tomada de decisão quanto aos valores e momento das tributações de determinadas transações.

Tributo diferido ativo é reconhecido para toda a base negativa de CSLL e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização das referidas bases negativas de CSLL. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia efetua o teste de redução ao valor recuperável quando há indícios de que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos despesas de venda e o valor em uso. A política da Administração se baseia no valor em uso aplicando o modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa são projetados pelo período médio de vigência dos contratos de programa e não incluem investimentos futuros significativos à base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Benefícios de aposentadoria

Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 19.

Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano.

Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano, efetuando alterações de acordo com eventos processuais.

4. PRONUNCIAMENTOS IFRS

a) Pronunciamentos IFRS novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 16 Arrendamento

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento.

A IFRS 16 entrou em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 e introduziu um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros.

O arrendamento está presente em um contrato, se o contrato incluir ambos:

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente.
- Neste caso o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor.
- O direito de controle do uso do ativo durante o contrato.

Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

As análises, na identificação e mensuração dos efeitos na data de adoção inicial, identificação das necessidades de modificação dos sistemas informatizados utilizados, desenho e implantação de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas nesse novo pronunciamento foram feitas com auxílio de especialista externo à Companhia.

ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A IFRIC 23 (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro) estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações nas quais a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Em situações nas quais determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresentá-lo em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Companhia passou a considerar os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

Alterações ao CPC 48 / IFRS 9 – Características de Pagamento Antecipado com Compensação Negativa

Esclarecem que, para determinar se uma característica de pagamento antecipado satisfaz a condição de “apenas pagamentos de principal e juros”, a parte que exerce a opção pode pagar ou receber compensação razoável pelo pagamento antecipado independentemente do motivo para o pagamento antecipado, ou seja, as características de pagamento antecipado com compensação negativa não descumprem automaticamente a condição de “apenas pagamentos de principal e juros”.

A aplicação dessas alterações não trouxe impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

Alterações ao CPC 18 (R2)/IAS 28 – Investimentos de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures

A alteração esclarece que a IFRS 9, incluindo suas exigências de redução ao valor recuperável, é aplicável a outros instrumentos financeiros em uma coligada ou joint venture à qual o método de equivalência patrimonial não é aplicável. Elas incluem investimentos de longo prazo que, em substância, fazem parte do investimento líquido da entidade em uma coligada ou joint venture.

A aplicação dessas alterações não trouxe impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

Melhorias anuais às IFRS: Ciclo 2015-2017 Alterações ao CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Combinações de Negócios, CPC 19 (R2)/IFRS 11 – Negócios em Conjunto, CPC 32/IAS 12 – Impostos sobre a Renda e CPC 20 (R1)/IAS 23 – Custos de Empréstimos

CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Combinações de Negócios - esclarecem que quando é obtido o controle de um negócio que é uma operação conjunta, são aplicadas as exigências de combinação de negócios em estágios, inclusive a remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta ao valor justo.

CPC 19 (R2)/IFRS 11 – Negócios em Conjunto - esclarecem que quando uma parte que participa em uma operação conjunta que corresponde a um negócio, mas não detém o controle conjunto dessa operação, obtém o controle conjunto dessa operação conjunta, sua participação anteriormente detida na operação conjunta não é remensurada.

CPC 32/IAS 12 – Impostos sobre a Renda - esclarecem que a Companhia deve reconhecer as consequências do imposto de renda incidente sobre dividendos no resultado, em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido dependendo de onde foi reconhecido originalmente as transações que geraram o lucro a distribuir.

CPC 20 (R1)/IAS 23 – Custos de Empréstimos - esclarecem que se houver algum empréstimo específico em aberto após o correspondente ativo estar pronto para seu uso ou venda pretendida, esse empréstimo se torna parte dos recursos que a Companhia toma emprestado geralmente ao calcular a taxa de capitalização sobre empréstimos em geral.

A aplicação dessas alterações não trouxe impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

Alterações ao CPC 33 (R1)/IAS 19 – Alteração, Redução ou Liquidação de Plano de Benefícios aos Empregados

As alterações esclarecem que o custo de serviços passados (ou do ganho ou da perda de liquidação) é calculado mensurando o passivo (ativo) de benefícios definidos com base em premissas atualizadas e comparando os benefícios oferecidos e os ativos do plano antes e após a alteração do plano (ou sua redução ou liquidação), mas ignorando o efeito do teto de ativos (que pode surgir quando o plano de benefícios definidos está em posição de superávit). A IAS 19 esclarece que a alteração no efeito do teto de ativos resultante da alteração do plano (ou sua redução ou liquidação) é determinada em uma segunda etapa e reconhecida normalmente em outros resultados abrangentes.

A aplicação dessas alterações não trouxe impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

b) Pronunciamentos do IFRS emitidos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2019

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. Porém, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia quando de sua adoção inicial, conforme segue:

IFRS 17 – Contratos de seguros (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021)

Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro.

A IFRS 17 substituirá o CPC 11/IFRS 4 Contratos de Seguro.

Alterações ao CPC 36 (R3)/IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (a data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB)

Tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.

Alterações ao CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Definição de Negócios (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020)

Esclarece que ainda que os negócios normalmente apresentem outputs (“produtos”), os produtos não são necessários para um conjunto integrado de atividades e ativos para se qualificarem como negócios. Para serem considerados como um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir no mínimo um insumo e um processo substantivo que em conjunto contribuam significativamente para a capacidade de criar produtos.

Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1 e CPC 23/IAS 8 – Definição de Material (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020)

O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição de material no CPC 26/IAS 1 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas Normas do IFRS. O conceito de “ocultação” de informações materiais com informações imateriais foi incluído como parte da nova definição.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia em suas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos bancários livres	66.849	37.678
Depósitos bancários vinculados	26.132	28.485
Total	92.981	66.163

A conta Depósitos bancários vinculados apresenta valores referentes a liberações/desembolsos de recursos de terceiros vinculados aos contratos de financiamento e repasse celebrados junto aos agentes financeiros (Caixa, BNDES, Funasa e Focem) e estão disponíveis para utilização a qualquer momento.

Os referidos recursos mantem-se aplicados em contas bancárias de liquidez imediata e exclusivamente dedicadas à operacionalização financeira dos contratos para execução de investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de longo prazo totalizam R\$ 70.196 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 66.965 em 31 de dezembro de 2018) e referem-se a valores depositados para constituição de garantias contratuais de operações de financiamento/empréstimos pactuados junto aos agentes financeiros Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, destinados à execução do plano de investimentos da Companhia, contemplando ações de ampliação/melhorias nos sistemas de abastecimento de água, desenvolvimento comercial/institucional e implantação/ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário. O montante do ativo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Banco	Ano	31/12/2019	31/12/2018
Caixa Econômica Federal - ANA	2021	7.490	7.086
Banrisul Garantia Debêntures	2021	3.537	3.410
Banrisul Reserva BNDES - PAC 1	2023	5.745	6.584
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2	2027	1.909	1.409
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2 e Repactuação	2029	6.102	5.297
Caixa Econômica Federal - Reserva	2034	45.413	43.179
Total		70.196	66.965

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber vencidas		
Particular	182.888	175.086
Pública	8.520	9.146
Contas a receber vencidas		
Particular	85.960	79.048
Pública	8.575	7.444
Receitas a faturar	92.651	82.386
Total de contas a receber	378.594	353.110
Provisão para perdas esperadas	(13.715)	(3.774)
	364.879	349.336
Circulante	359.533	342.051
Não circulante	5.346	7.285

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	(3.774)	(6.038)
Adições	(20.303)	(17.836)
Reversões/realização de perda	10.362	20.100
Saldo no final do exercício	(13.715)	(3.774)

A provisão para perdas esperadas foi constituída considerando a expectativa de perda futura da conta clientes.

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Particular	Pública	Particular	Pública
A vencer	182.888	8.520	175.086	9.146
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	58.765	5.908	53.276	3.601
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	19.144	573	17.341	1.669
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	6.643	178	6.179	652
Créditos vencidos - mais de 181 dias	1.408	1.916	1.457	866
Total	268.848	17.095	254.134	16.590

O saldo de contas públicas corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de pagamentos recíprocos com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A conta “Receitas a faturar” se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.16).

7. ESTOQUES

	31/12/2019	31/12/2018
Tubulações de água e esgoto	72.322	59.135
Materiais de tratamento/laboratório	5.889	5.167
Materiais diversos	19.750	17.959
Provisão para perda	(3.425)	-
Total	94.536	82.261

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados como ativos de contrato.

8. TRIBUTOS

a) Créditos fiscais diferidos

Composição da contribuição social diferida (2019) e imposto de renda/contribuição social diferidos (2018)

	31/12/2019	31/12/2018
Contribuição social diferida sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	846.590	982.864
Provisões para débitos com exigibilidade suspensa	12.314	10.357
Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas	789.675	832.349
Provisões para perda esperada	13.715	3.774
Provisões para perdas - diversas	9.610	9.610
Provisões reclamações Prefeitura de Novo Hamburgo	(88.744)	58.792
Reserva de reavaliação	(58.084)	(74.239)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	(230.467)	(245.358)
Encargos financeiros capitalizados	(255.360)	(235.913)
Variação cambial tributada por regime de caixa	1.940	2.742
Outras provisões e diferenças temporárias	(26.598)	(8.423)
Total das diferenças temporárias	1.014.591	1.336.555

	31/12/2019	31/12/2018
Alíquota vigente	9%	34%
Total da contribuição social e imposto de renda diferidos líquidos	91.313	454.428

Conciliação alíquota efetiva

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes da contribuição social (CSLL)	635.527	387.672
Alíquota vigente	9%	34%
Expectativa de despesa de CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(57.197)	(131.808)
Efeito da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	10.257	45.489
Incentivos fiscais	-	7.776
Outras diferenças permanentes	(921)	(17.042)
Contribuição social no resultado	(47.861)	(95.585)

	31/12/2019	31/12/2018
Corrente	(31.343)	(123.287)
Diferido	(16.518)	27.702

Alíquota efetiva 8% 25%

Em razão da imunidade tributária obtida de imposto de renda (nota 2.15) a alíquota aplicada a partir de 2019 passou a ser de 9% relativa a contribuição social. Em 31 de dezembro de 2018 a alíquota aplicada era de 15% mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. No exercício de 2019 a Companhia contabilizou a baixa do saldo de imposto de renda diferido, gerando um impacto negativo de R\$ 286.513 no resultado.

b) Débitos fiscais diferidos

	31/12/2019			31/12/2018		
	Cofins	Pasep	Total	Cofins	Pasep	Total
RTT	13.744	2.983	16.727	6.168	1.339	7.507
Valor passivo	(13.744)	(2.983)	(16.727)	(6.168)	(1.339)	(7.507)

Os débitos fiscais diferidos, reconhecidos sob o RTT, se referem a diferenças entre créditos de depreciação contábil e fiscal e também ao diferimento de tributos incidentes sob o saldo contabilizado dos precatórios em nome da Companhia.

Criado em 2008, o Regime Tributário de Transição (RTT) tratava de ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis que estavam sendo implantados na época, entre os quais a Lei nº 11.638/2007.

Optativo nos anos-calendário de 2008 e 2009, o Regime Tributário de Transição passou a ser obrigatório a partir de 2010, para todas as empresas. O RTT vigorou até 2015 e a partir de então, o saldo passou a ser realizado conforme definido na Lei 12.973/2014.

c) Tributos a recuperar

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda a recuperar	-	8.760	9.892	-
Contribuição social a compensar	10.384	1.015	1.074	-
Total	10.384	9.775	10.966	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

9. INDENIZAÇÕES CONTRATUAIS

Município	Natureza	2019	2018
Novo Hamburgo	Serviço da dívida	39.162	-
Novo Hamburgo	Indenização ao patrimônio	142.487	-
Novo Hamburgo	Faturas de água	32.523	-
Bagé	Faturas de água	9.549	1.989
Cachoeirinha	Tributária	1.010	-
São Gabriel	Tributária	37	-
Total		224.768	1.989

Os valores acima se referem a ações movidas pela Companhia, para as quais já foi emitido precatório, e que resultaram em indenização conforme a natureza do processo. Os valores mais relevantes estão descritos abaixo:

Novo Hamburgo:

a) Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.15.0168335-8, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a indenizar a Corsan pelo ressarcimento dos financiamentos contratados para a prestação dos serviços de saneamento que eram executados no Município de Novo Hamburgo. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório.

b) A ação judicial nº 001/1.05.0286812-4, discutiu a indenização relativa ao patrimônio que a Corsan detinha no Município de Novo Hamburgo, afetado à prestação do respectivo serviço. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório.

c) Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.05.0286844-2, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a pagar à Corsan faturas de água devidas pelo Município no período de 12/1998 a 12/2016. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório.

Com base no parecer da Superintendência Jurídica, que reforça que os precatórios do município vêm sendo pagos regularmente, e posição da Administração de não haver perspectiva de retomada do sistema a Companhia reverteu a provisão para perda constituída.

Bagé:

Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.05.2084867-9, que tramitou perante a 1ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Bagé condenado a pagar à Corsan faturas de água devidas pelo município relativas ao período de 04/1987 a 09/1992. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório.

Cachoeirinha:

Por força de decisão judicial exarada no processo nº 086/1.15.0000427-4, que tramitou perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Cachoeirinha, restou o Município de Cachoeirinha condenado a ressarcir à Corsan o IPTU pago pela Companhia no período de 2010 a 2015, já que a Corsan é imune a tal imposto. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório.

10. INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO

Refere-se a áreas para construção e/ou ampliação de seus sistemas de água e esgoto que foram desapropriadas aguardando documentação de transferência de propriedade para a Corsan.

11. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2019, R\$ 341.039 a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$ 365.781 em 31 de dezembro de 2018). Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros	872.825	953.242
(-) Ajuste a valor presente	(531.786)	(587.461)
Total	341.039	365.781

Movimentação do ativo financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	365.781	458.612
Constituição/realização de AVP	31.241	41.298
Adições/(baixas)	(26.209)	(38.304)
Transferências líquidas	(29.774)	(95.825)
Saldo no final do exercício	341.039	365.781

O ajuste a valor presente (AVP) é contabilizado como conta redutora do ativo financeiro e como acréscimo do ativo intangível. A realização é calculada mensalmente pela mesma taxa de desconto (WACC), gerando uma receita financeira de ajuste a valor presente que acresce o ativo financeiro e uma despesa de amortização que reduz o ativo intangível.

Transferência de bens e serviços da Corsan para o poder concedente

a) **Uruguaiana:** No ano de 2014 foi ajuizada ação de indenização estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$ 32.190 (R\$ 24.991 em 31 de dezembro de 2018).

b) **São Gabriel:** Após retomada, pelo Município de São Gabriel, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$ 3.831 (R\$ 3.816 em 31 de dezembro de 2018).

c) **Teutônia:** Após retomada, pelo Município de Teutônia, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$ 296 (R\$ 304 em 31 de dezembro de 2018).

12. ATIVOS DE CONTRATOS

Custo	Obras em andamento	Estoques para obras	Total dos ativos de contratos
Saldos em 01/01/2018	1.193.929	46.314	1.240.243
Adições	288.283	445	288.728
Baixas e perdas	(328)	-	(328)
Transferências	(123.064)	(9.259)	(132.323)
Saldos em 31/12/2018	1.358.820	37.500	1.396.320

Custo	Obras em andamento	Estoques para obras	Total dos ativos de contratos
Saldos em 31/12/2018	1.358.820	37.500	1.396.320
Adições	272.230	1.398	273.628
Baixas e perdas	(64)	-	(64)
Transferências para intangível	(39.051)	(5.590)	(44.641)
Saldos em 31/12/2019	1.591.935	33.308	1.625.243

As adições compreendem R\$90.312 para sistemas de água e R\$181.918 para sistemas de esgoto. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 521 obras foram concluídas, sendo transferidas para Ativo Intangível e Ativo Financeiro.

O critério de classificação está descrito na nota 2.10.

13. IMOBILIZADO

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2018	22.128	384.482	3.070	409.680
Adições	24	19.563	411	19.998
Baixas	-	(58)	-	(58)
Transferências	382	851	(1.734)	(501)
Saldos em 31/12/2019	22.534	404.838	1.747	429.119

Depreciação				
Saldos em 31/12/2018	(19.344)	(268.711)	-	(288.055)
Depreciações	(343)	(21.257)	-	(21.600)
Baixas	-	23	-	23
Transferências	-	70	-	70
Saldos em 31/12/2019	(19.687)	(289.875)	-	(309.562)

Saldos líquidos em 31/12/2018	2.784	115.771	3.070	121.625
Saldos líquidos em 31/12/2019	2.847	114.963	1.747	119.557

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2017	22.128	349.969	2.111	374.208
Adições	-	38.775	1.065	39.840
Baixas	-	(2.190)	-	(2.190)
Transferências	-	(2.072)	(106)	(2.178)
Saldos em 31/12/2018	22.218	384.482	3.070	409.680

Depreciação

Saldos em 31/12/2017	(18.997)	(251.015)	-	(270.012)
Depreciações	(347)	(19.340)	-	(19.687)
Baixas	-	1.525	-	1.525
Transferências	-	119	-	119
Saldos em 31/12/2018	(19.344)	(268.711)	-	(288.055)

Saldos líquidos em 31/12/2017	3.131	98.954	2.111	104.196
Saldos líquidos em 31/12/2018	2.784	115.771	3.070	121.625

A depreciação do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$ 10.913 (R\$ 11.800 em 31 de dezembro de 2018), R\$ 1.828 (R\$ 1.847 em 31 de dezembro de 2018) como despesa comercial e R\$ 8.859 (R\$ 6.040 em 31 de dezembro de 2018) como despesa administrativa.

Sob a rubrica "sistemas de esgotos", são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como, por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica "bens de uso geral", são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades indiretas necessárias para o funcionamento e consecução das atividades relacionadas à concessão pública.

	Edifícios	Máquinas	Veículos	Demais bens móveis	Total de bens de uso geral
Saldo contábil	144.148	8.930	21.791	229.969	404.838
(-) Depreciação acumulada	(116.687)	(6.747)	(17.028)	(149.413)	(289.875)
Saldos líquidos em 31/12/2019	27.461	2.183	4.763	80.556	114.963

14. INTANGÍVEL

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Licenças de software	Total do intangível
Saldos em 31/12/2018	1.156.385	1.103.411	187.667	-	2.447.463
Adições	17.630	3.491	8.928	7.998	38.047
Baixas	(12.626)	-	(2)	-	(12.628)
Transferências	55.870	32.479	7.154	-	95.503
Saldos em 31/12/2019	1.217.259	1.139.381	203.747	7.998	2.568.385

Amortização

Saldos em 31/12/2018	(354.957)	(211.712)	(75.366)	-	(642.035)
Amortizações	(53.741)	(36.426)	(13.273)	-	(103.440)
Baixas	12.565	-	2	-	12.567
Transferências	-	-	(78)	-	(78)
Saldos em 31/12/2019	(396.133)	(248.138)	(88.715)	-	(732.986)

Saldos líquidos em 31/12/2018	801.428	891.699	112.301	-	1.805.428
Saldos líquidos em 31/12/2019	821.126	891.243	115.032	7.998	1.835.399

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Total do intangível
Saldos em 01/01/2018	1.045.531	928.863	162.185	2.136.579
Adições	16.258	2.338	15.958	34.554
Baixas	-	-	(306)	(306)
Transferências	94.596	172.210	9.830	276.636
Saldos em 31/12/2018	1.156.385	1.103.411	187.667	2.447.463

Amortização

Saldos em 01/01/2018	(300.036)	(170.766)	(62.446)	(533.248)
Amortizações	(54.928)	(40.946)	(12.992)	(108.866)
Baixas	-	-	279	279
Transferências	7	-	(207)	(200)
Saldos em 31/12/2018	(354.957)	(211.712)	(75.366)	(642.035)

Saldos líquidos em 31/12/2018	745.495	758.097	99.739	1.603.331
Saldos líquidos em 31/12/2019	801.428	891.969	112.301	1.805.428

A amortização do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$103.440 (R\$108.886 em 31 de dezembro de 2018).

Sob a rubrica "bens de uso geral", são registrados imóveis e equipamentos necessários à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

Licença de uso de software não apresenta amortização, pois o projeto está em fase de implantação (nota 2.11). O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 22.024 (R\$ 23.075 em 31 de dezembro de 2018).

15. DIRETOS DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

a) Ativos de direito de uso

Ativo - Imobilizado	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Adoção inicial - CPC 06(R2)/IFRS 16	4.858	71.484	8.145	84.487
Novos contratos	2.916	-	-	2.916
(-) Depreciação acumulada	(2.486)	(18.892)	(1.733)	(23.111)
Saldos em 31/12/2019	5.288	52.592	6.412	64.292

b) Passivos de arrendamento

Passivo	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Adoção inicial - CPC 06(R2)/IFRS 16	4.858	80.065	9.267	94.190
(-) AVP - Adoção inicial - CPC 06(R2)/IFRS 16	-	(8.579)	(1.122)	(9.701)
Novos contratos	3.244	-	-	3.244
(-) AVP - Novos contratos - CPC 06(R2)/IFRS 16	(329)	-	-	(329)
(-) Pagamentos	(2.411)	(22.410)	(2.224)	(27.045)
Realização do AVP	13	3.518	490	4.021
Saldos em 31/12/2019	5.375	52.594	6.411	64.380
Circulante				23.445
Não circulante				40.935

A metodologia utilizada está descrita na nota 2.9.

c) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

Ano de vencimento	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
2020	2.587	21.885	1.717	26.189
2021	1.345	21.520	2.458	25.323
2022	869	14.250	2.458	17.577
2023	787	-	409	1.196
2024	103	-	-	103
Total	5.691	57.655	7.042	70.388
Juros embutidos	(316)	(5.061)	(631)	(6.008)
Saldo do passivo de arrendamento	5.375	52.594	6.411	64.380

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

d) Direito potencial de Pasep/Cofins a recuperar

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de Pasep/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos nominais e saldos ajustados a valor presente:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	68.243	62.219
Pasep/Cofins (9,25%)	6.312	5.755

e) Informações adicionais referentes à norma CPC 06(R2)

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06(R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06(R2). Tal vedação gera distorções na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Assim, para resguardar a representação fidedigna da informação, e para atender orientação das áreas técnicas da CVM visando preservar os investidores do mercado brasileiro, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado:

Fluxo real	01/01/2019	31/12/2019
Passivo de arrendamento	94.190	70.388
Juros embutidos	(9.701)	(6.008)
	84.489	64.380

Fluxo inflacionado	01/01/2019	31/12/2019
Passivo de arrendamento	100.906	75.411
Juros embutidos	(10.393)	(6.436)
	90.513	68.975

16. SEGUROS

Em função das características de suas operações serem multilocalizadas, com base em programa de gerenciamento de riscos, através de análise de priorização com a análise da baixa probabilidade e pequeno impacto representando pequenos problemas e prejuízos, a Companhia não adota política de transferir o risco de sinistro através de contratação de seguros.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
BNDES	TJLP	2,61%	15/07/29	42.504	38.200	136.825	170.659
BNDES - FINEM	IPCA-IBGE	2,78%	15/08/38	466	447	59.950	50.000
BNDES - CG	SELIC AC.	2,50%	15/11/23	315	297	107.051	101.014
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	14.980	14.763	-	14.139
Caixa Econômica Federal	UPR	6,08%	15/07/38	10.644	9.977	190.816	189.778
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	73	144	840	784
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	1.873	1.637	15.164	16.384
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	344	346	2.203	2.503
Total				71.199	65.811	512.849	545.261

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a Corsan firmou 7 Contratos de Financiamento objetivando a implantação, ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a renovação do parque de hidrômetros, ações de automação e telemetria, em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

A operação de crédito, na modalidade BNDES - CG, foi destinada ao apoio financeiro para capital de giro.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que, se cumpridas, possibilitam à Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

Demais contratos de financiamento celebrados junto à Caixa Econômica Federal, lastreados em recursos do FGTS oriundos do Programa Saneamento para Todos, foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgotamento sanitário e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os contratos com as Prefeituras Municipais de Encantado, Osório, Sapiranga e de Torres foram firmados junto à Caixa Econômica Federal, onde a Companhia figura como Interviente Anuente - Agente Promotor (responsável pela execução, acompanhamento e fiscalização das ações propostas no financiamento), visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Cláusulas contratuais restritivas - covenants e garantias

A Corsan firmou empréstimos e financiamentos com condições contratuais específicas, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) com base em determinados índices financeiros e com periodicidade de apuração semestral e anual, conforme estabelecido nos respectivos termos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. As garantias oferecidas pela Corsan nas referidas operações foram estabelecidas sob a forma de Penhor dos Direitos Emergentes da Concessão e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, operacionalizadas através da constituição de contas bancárias específicas para a manutenção de saldos em aplicação (Conta Reserva) e fluxo de valores (Conta Vinculada), durante a vigência dos contratos. Em eventual descumprimento dos índices financeiros ou nos níveis de garantia pactuados, além dos limites de aceitação dos credores, poderá ser decretado o vencimento antecipado das dívidas (sendo que todos os índices estavam cumpridos pela Companhia em 31 de dezembro de 2019).

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2021	71.801
2022	74.055
2023	69.374
2024	34.309
2025	35.598
Após 2025	227.712
Total	512.849

18. DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR.

	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante	
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
1ª Emissão	TJLP	1,92%	2.370	2.099	197	2.823
2ª Emissão	IPCA	1,92%	4.258	4.172	4.105	7.910
3ª Emissão	TJLP	1,92%	2.963	2.961	246	3.191
Total			9.591	9.232	4.548	13.924

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2021	4.548
Total	4.548

De acordo com cláusula contratual a Companhia se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato, uma aplicação vinculada como garantia com saldo mínimo e índices financeiros, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

19. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Imposto ou Contribuição	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cofins	Selic	12/2022	7.524	7.137	15.049	21.414
Pasep	Selic	12/2022	1.634	1.550	3.267	4.649
Contribuição social	Selic	12/2022	781	741	1.563	2.223
Imposto de renda	Selic	12/2022	5.316	5.043	10.632	5.129
Total			15.255	14.471	30.511	43.415

20. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	31/12/2019	31/12/2018
Alvorada	1.892	-
Canoas	18.000	-
Gravataí	11.492	-
Santa Maria	18.000	-
Santo Ângelo	4.219	-
Total	53.604	-

21. CONTRATOS DE REPASSE

	31/12/2019	31/12/2018
Orçamento Geral da União - OGU	36.145	16.189
Agência Nacional de Águas - ANA	5.142	5.142
Fundo Convergência Estrutural do Mercosul - Focem	2.150	-
Total	43.437	21.331

a) Orçamento Geral da União - OGU

A Corsan assinou contratos junto à União para recebimento de recursos a fundo perdido para aplicação em investimentos de água e esgoto. Até 31 de dezembro de 2019 foi liberado um total de R\$ 338.634, referente a 53 contratos junto ao Ministério das Cidades e 20 contratos junto à Fundação Nacional de Saúde - Funasa. Por força de convênio com o Governo Estadual, a Corsan foi autorizada a proceder aumento de capital, sendo que R\$ 255.306 foram incorporados ao seu Capital Social nos anos de 2011 e 2015, R\$ 47.183 estão contabilizados como adiantamento para futuro aumento de capital, R\$ 36.145 estão inscritos no passivo não circulante, derivados de 11 contratos que ainda não se encontram finalizados ou possuem a possibilidade de devolução dos valores recebidos bem como da atualização financeira até sua prestação de contas final e novas liberações no exercício de 2019.

b) Agência Nacional das Águas - ANA

Foi assinado contrato 092/Ana/2014 - Prodes entre a Agência Nacional das Águas - ANA e a Companhia, que tem por propósito a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação.

c) Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - Focem

Foi aprovado em 30 de novembro de 2011 o projeto Saneamento Urbano Integrado Açuá/Brasil e Açuá/Uruguai para a implantação de obras de infraestrutura hídrica para contenção e adução de água bruta, de saneamento ambiental e de macrodrenagem.

22. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável, e foram contabilizadas conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas é composta como segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Trabalhista	Tributário, cíveis e ambientais	Trabalhista	Tributário, cíveis e ambientais
Saldo inicial	675.311	157.038	553.330	124.768
Adições	280.282	7.744	268.969	38.184
Saques/reversões	(302.412)	(51.664)	(165.982)	(11.964)
Despesas financeiras	16.750	6.626	18.994	6.050
Saldo final	669.931	119.744	675.311	157.038
Total	789.675			832.349
Circulante	193.821			144.596
Não circulante	595.854			687.753

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	388.758	327.629
Adições	285.996	249.338
Saques/reversões	(263.525)	(188.209)
Saldo final	411.229	388.758
Circulante	171.450	129.338
Não circulante	239.779	259.420

Provisões

Ações trabalhistas

a) Processo 0114000-44.1996.5.04.0122 Arno dos Reis Junqueira - Trata-se de ação com pedido de suplementação de aposentadoria, ou, sucessivamente, pedido de reintegração no emprego. Após tramitação em todas as instâncias judiciais, a Corsan restou condenada a reintegrar no emprego o Autor, nas mesmas condições (cargo e função) que detinha antes da demissão, com o pagamento, desde o afastamento até a efetiva reintegração, de todas as parcelas salariais postuladas na inicial. O processo encontra-se em fase de execução. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2019, R\$13.265 (R\$15.096 em 31 de dezembro de 2018).

b) Nos autos do processo de nº 0000972-51.2012.5.04.0021 ajuizado pelo Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Rio Grande do Sul - Sintec, a Corsan foi condenada a pagar diferenças salariais decorrentes da consideração de diversas parcelas de natureza salarial na base de cálculo do adicional de periculosidade. A execução é definitiva. A Corsan a fim de minorar o impacto no fluxo de caixa apresentou proposta de acordo parcial. Esta provisão totaliza em 31 de dezembro de 2019 R\$9.450 (R\$22.272 em 31 de dezembro de 2018).

c) Nos autos do processo nº 0190300-60.2004.5.04.0221 ajuizada pelo Sindiágua, a Corsan foi condenada ao pagamento de adicional noturno e diferenças de horas extras em razão do cômputo da jornada reduzida, em parcelas vencidas e vincendas, bem como às diferenças salariais decorrentes da concessão de promoções por antiguidade, também em parcelas vencidas e vincendas. Esta provisão totaliza em 31 de dezembro de 2019 R\$12.769 (R\$9.402 em 31 de dezembro de 2018).

d) Outras reclamações trabalhistas - Estas se referem a reclamações movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 3.206 ações. Em 31 de dezembro de 2019, as provisões referentes a outras reclamações trabalhistas totalizam R\$634.447 (R\$628.541 em 31 de dezembro de 2018).

Ações tributárias, cíveis e ambientais

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda. (e como solidária Andrade Gutierrez) - A Companhia recebeu uma notificação nº 026/1.06.0003391-7 referente a processo movido pela Empreiteira de Obras Ltda. contra a Corsan e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$4.668 (R\$4.668 em 31 de dezembro de 2018).

b) O processo 001/1.16.0062447-3 ajuizado pela empresa Goetze Lobato Engenharia, em 27/05/2016, ação em face da Corsan, pretendendo obter indenização por alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado para a execução de estação de tratamento de esgoto sanitário e implantação de sistema de esgoto sanitário na região de Esteio e Sapucaia do Sul. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$11.958 (R\$11.958 em 31 de dezembro de 2018).

c) A empresa Marco Projetos Ltda. ajuizou ação em face da Corsan, em 19/09/2016, processo sob nº 001/1.16.0124873-4, pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para ampliação do sistema de esgoto sanitário nas localidades de Esteio e Sapucaia do Sul. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$7.328 (R\$7.328 em 31 de dezembro de 2018).

d) A empresa Marco Projetos Ltda. ajuizou ação em face da Corsan, em 11/08/2016, processo sob nº 001/1.16.0095286-1 pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para a execução de obras da nova estação de tratamento de esgoto de Alvorada. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Além disso, afirmou que a Corsan não pagou diversas faturas no prazo pactuado, gerando prejuízos. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$7.033 (R\$7.033 em 31 de dezembro de 2018).

e) Em 29 de agosto de 2012, a Corsan recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Fundação Corsan, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza em 31 de dezembro de 2019 R\$6.798 (R\$6.335 em 31 de dezembro de 2018).

f) Outras reclamações - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Em um segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações tributárias referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo, a Companhia é parte em 1.335 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$81.959 (R\$119.716 em 31 de dezembro de 2018).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Causas Possíveis

	31/12/2019	31/12/2018
Ações trabalhistas	220.295	253.307
Ações cíveis	185.647	252.290
Ações ambientais	12.585	24.240
Ações tributárias	35.467	19.306
Total	453.994	549.143

23. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	31/12/2019	31/12/2018
Plano de benefício definido	609.084	846.752
Sistema de assistência a saúde IPE-SAÚDE	223.033	79.022
Incentivo à demissão voluntária	14.473	57.090
Total	846.590	982.864

	2020	2019
Contribuição esperada para a patrocinadora		
Plano de benefício definido	135.174	127.373
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	10.497	2.149
Incentivo à demissão voluntária	11.923	42.510
Total	157.594	172.032

A Companhia reconheceu, no exercício de 2019, uma variação líquida de R\$ 5.557 decorrente da avaliação atuarial do plano de benefício pós-emprego, "IPE SAÚDE" e "PDV". Essa contabilização foi realizada com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data-base.

a) Plano de benefício definido

O plano de benefício "BD nº 001" é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação Corsan, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora Corsan, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre o qual incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor-base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto Fundação Corsan).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação Corsan, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

a.1) Reconhecimento da paridade contributiva

Por imposição da Constituição Federal Brasileira, e em conformidade com toda a legislação infraconstitucional de regência, e, com fundamento nas normas administrativas previdenciárias aplicáveis aos fundos de pensão do Brasil, a Companhia, na condição de patrocinadora de plano de benefício definido para seus funcionários por meio da Fundação Corsan, decidiu reconhecer os eventuais déficits atuariais na forma paritária.

A Constituição Federal, no parágrafo 3º do seu artigo 202, estabelece que "é vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado" (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998).

A Lei Complementar nº 108/2001, disciplina nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às sociedades de economia mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar (como é o caso da Fundação Corsan). Nessa esteira, o Parágrafo 1º do artigo 6º da referida Lei Complementar determina que "A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador". Ainda, é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio. Diante desse arcabouço legal, considerando que a Lei Complementar nº 109/2001 determina em seu artigo 21 que "O resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar", a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano BD nº 001 administrado pela Fundação Corsan, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado.

Nessa esteira, e considerando que o reconhecimento paritário do déficit atuarial pressupõe julgamento, a Administração atual, considerando a natureza societária da Companhia (S/A Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores na condição de gestores públicos, firmou entendimento de reconhecer o ajuste do passivo do Plano BD nº 001 administrado pela Fundação Corsan na proporção paritária, correspondente a 50% do déficit calculado pelas regras do *accounting*, os quais estão de acordo com as disposições estabelecido sobre Reconhecimento e Mensuração de Plano de Benefício Definido, no CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados.

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo (ativo):

	31/12/2019	31/12/2018
Conciliação dos (ativos) passivos reconhecidos		
Obrigações atuariais	3.308.708	2.632.015
Valor justo dos ativos do plano	(2.047.370)	(1.745.017)
Déficit/(Superávit) apurado	1.261.338	886.998
Percentual da parcela de responsabilidade da patrocinadora (%)	50%	100%
Passivo (ativo) atuarial líquido total reconhecido	630.669	886.998
Contratos de débitos do empregador com o plano (nota 25.e)	(21.585)	(40.246)
Passivo atuarial provisionado	609.084	846.752

A Companhia possuía contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinadora Fundação Corsan no valor de R\$ 21.585 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 40.246 em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2019 e 2018 foi a seguinte:

	2019	2018
Movimentação do passivo (ativo) atuarial		
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	886.998	697.672
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	80.223	61.823
Contribuições do empregador vertidas no ano	(71.793)	(82.977)
Outros resultados abrangentes	(264.759)	210.480
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	630.669	886.998

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2019, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2020 são explicadas no quadro a seguir:

	2020	2019
Custo do serviço corrente líquido	16.642	3.999
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	109.799	233.265
Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(69.869)	(157.041)
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	56.572	80.223

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2019	2018
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.632.015	2.289.511
Custo do serviço corrente líquido	3.999	621
Custo do serviço corrente bruto	55.400	46.029
Contribuições esperadas dos participantes	(51.401)	(45.408)
Contribuições efetivas realizadas pelos participantes	60.513	61.817
Juros sobre obrigação atuarial	233.265	210.879
Benefícios pagos no ano	(184.419)	(158.395)
(Ganhos) perdas atuariais	563.335	227.582
Valor das obrigações atuariais no final do ano	3.308.708	2.632.015

Evolução do valor justo dos ativos

	2019	2018
Valor justo dos ativos no início do ano	(1.745.017)	(1.591.839)
Benefícios pagos durante o exercício	184.419	158.395
Contribuições de participantes vertidas durante o exercício	(60.513)	(61.817)
Contribuições de empregador vertidas durante o exercício	(71.793)	(82.977)
Rendimento esperado dos ativos no ano	(157.042)	(149.677)
Ganhos (perdas) atuariais	(197.424)	(17.102)
Valor justo dos ativos no fim do ano	(2.047.370)	(1.745.017)

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

Econômicas e financeiras	2019	2018
Taxa real de desconto atuarial	3,29%	4,92%
Retorno real esperado sobre os ativos	3,29%	4,92%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,30%	1,88%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/HCCTTR (em Saúde)	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,00%
Inflação esperada	3,61%	4,01%
Taxa de desconto nominal	7,02%	9,13%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	7,02%	9,13%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	5,99%	5,97%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	3,61%	4,01%
Reajuste salários INPC JUN - DEZ	1,01%	1,03%
Reajuste benefícios INPC JUN - DEZ	1,01%	1,03%

Demográficas	2019	2018
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	AT-1949 M&F (D15%)	AT-1949 M&F (A100%)
Entrada em invalidez	IAPB-57 FRACA (D10%)	MULLER
Taxa anual de rotatividade	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015
Composição familiar	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços", celebrado entre a patrocinadora Corsan e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à Corsan. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação Corsan.

Para o exercício de 2019 houve um incremento considerável em função da redução das taxas de juros e das informações adicionais de dependentes que refletem na sinistralidade.

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2019 e 2018 foi a seguinte:

Movimentação do passivo (ativo) atuarial

	2019	2018
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	79.022	73.634
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	10.210	9.248
Contribuições do empregador vertidas no ano	(7.071)	(14.979)
Outros resultados abrangentes	140.872	11.119
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	223.033	79.022

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2019, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2020, são explicadas no quadro a seguir:

Despesa a reconhecer na Demonstração do Resultado

	2020	2019
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	8.648	3.069
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	15.676	7.141
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	24.324	10.210

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	31/12/2019	31/12/2018
Valor das obrigações atuariais no início do ano	79.022	73.634
Custo do serviço corrente líquido	3.069	2.283
Juros sobre obrigação atuarial	7.141	6.965
Benefícios pagos no ano	(7.071)	(14.979)
(Ganhos) perdas atuariais	140.872	11.119
Valor das obrigações atuariais no final do ano	223.033	79.022

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Econômicas e financeiras	2019	2018
Taxa real de desconto atuarial	3,46%	4,95%
Retorno real esperado sobre os ativos	3,46%	4,95%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	Não aplicável	1,88%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/HCCTTR (em Saúde)	2,50%	Não aplicável
Fator de capacidade sobre os benefícios	Não aplicável	100,00%
Fator de capacidade sobre os salários	Não aplicável	100,00%
Inflação esperada	3,61%	4,01%
Taxa de desconto nominal	7,19%	9,16%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	7,19%	9,16%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	Não aplicável	5,97%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	6,20%	4,01%
Reajuste salários INPC JUN - DEZ	1,01%	1,03%
Reajuste benefícios INPC JUN - DEZ	1,01%	1,03%

Demográficas	2019	2018
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI-2006 M&F (D15%)	AT-1949 M&F (A100%)
Entrada em invalidez	IAPB-57 FRACA (D10%)	MULLER
Taxa anual de rotatividade	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015
Composição familiar	Não aplicável	Não aplicável
Aging factor	Pesquisa Unidas 2018	Não aplicável

c) Incentivo à demissão voluntária

O prazo para adesões encerrou em 31 de dezembro de 2016, quando 1.590 funcionários aderiram ao plano. O prazo final para desligamentos foi em 30 de junho de 2019, quando os últimos 71 funcionários foram desligados da Companhia.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 a despesa com desligamentos pelo PDV foi de R\$ 38.372 (R\$ 46.920 em 31 de dezembro de 2018).

Para fins de registro contábil da Corsan, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2019 e 2018 foi a seguinte:

Movimentação do passivo (ativo) atuarial

	2019	2018
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	57.090	242.100
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	2.585	15.191
Contribuições do empregador vertidas no ano	(38.372)	(46.920)
Outros resultados abrangentes	(6.830)	(153.281)
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	14.473	57.090

Despesa a reconhecer na Demonstração do Resultado

	2020	2019
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	309	2.585
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	309	2.585

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2019	2018
Valor das obrigações atuariais no início do ano	57.090	242.100
Juros sobre obrigação atuarial	2.585	15.191
Despesa de juros sobre obrigação atuarial	4.077	17.012
Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	(1.492)	(1.821)
Benefícios pagos no ano	(38.372)	(46.920)
(Ganhos) perdas atuariais	(6.830)	(153.281)
Valor das obrigações atuariais no final do ano	14.473	57.090

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Econômicas e financeiras	2019	2018
Taxa real de desconto atuarial	0,00%	3,01%
Retorno real esperado sobre os ativos	0,00%	3,01%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,30%	1,88%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/ HCCTR (em Saúde)	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,00%
Inflação esperada	3,61%	4,01%
Taxa de desconto nominal	3,61%	7,14%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	3,61%	7,14%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	5,99%	5,97%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	3,61%	4,01%
Reajuste salários INPC JUN - DEZ	1,01%	1,03%
Reajuste benefícios INPC JUN - DEZ	1,01%	1,03%

Demográficas

	2019	2018
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI-2006 (M&F) (D15%)	AT-1949 M&F (A100%)
Entrada em invalidez	IAPB-57 FRACA	MULLER
Taxa anual de rotatividade	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015
Composição familiar	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real

d) Investimentos

O retorno dos investimentos do plano da Fundação Corsan em 2019 foi de R\$ 238.788 (R\$157.555 em 2018). A média ponderada da alocação dos ativos por categoria de ativo é a seguinte:

Segmento	Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %	Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %	Alocação dos ativos conforme determinação da Lei 3.792/2009 porcentagem ou faixa de porcentagem	Limite
Renda fixa	74,34%	78,89%		100%
Renda variável	9,81%	6,77%		70%
Investimentos estruturados	9,03%	6,88%		20%
Carteira de imóveis	4,65%	4,68%		20%
Empréstimos	2,17%	2,77%		15%
Disponível	0,00%	0,01%		-
Fundo Garantidor	100%	100%		

e) Fundação Corsan

Estrutura jurídica

A Fundação Corsan caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada pela Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo primordial a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Gestão de recursos e investimentos

A Fundação Corsan delega a Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de seus recursos financeiros, realizando acompanhamento diário destes gestores. A gestão dos fundos de investimentos da Fundação Corsan está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada, sendo a gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada, e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Fundação Corsan.

Política de investimentos

A Fundação Corsan planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 4661 de 25 de maio de 2018, bem como em conformidade com sua política de investimentos - PI. O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

Fontes de recursos

A Fundação Corsan obtém recursos decorrentes de:

- contribuição de participantes ativos e assistidos;
- contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan;
- receitas de aplicações do patrimônio.

Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

Despesas de administração do plano

Os recursos destinados ao custeio administrativo são estabelecidos anualmente, sendo que no exercício de 2019 foram utilizadas como fontes de custeio: a taxa de administração dos empréstimos concedidos aos participantes, o percentual das contribuições vertidas ao Plano de Benefícios, a rentabilidade dos ativos do fundo administrativo, a transferência da rentabilidade dos investimentos em parcela equivalente à despesa apurada e, quando necessário, reversão do fundo administrativo.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$1.635.145, estando assim representado:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
Estado do Rio Grande do Sul	306.756.796	306.756.796	613.513.592	99,99999348018	99,99999348018	99,99999348018
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000162996	0,00000162996	0,00000162996
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000097797	0,00000097797	0,00000097797
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Total	306.756.816	306.756.816	613.513.632	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não foram outorgados planos de opções de compra de ações. Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros resultados abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida, foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de dezembro de 2019 monta R\$ 87.905 (R\$ 71.010 em 31 de dezembro de 2018), líquido de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 – Contratos de concessão, o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionado à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009, e a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "outros resultados abrangentes".

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no exercício totalizou R\$ (16.894), líquido dos efeitos tributários (R\$ 1.649 em 31 de dezembro de 2018). Os valores de R\$ (25.446) e R\$ (1.348) referem-se a reversão de IRPJ em função da imunidade tributária (nota 2.15).

	31/12/2019	31/12/2018
Realização das reservas	9.900	1.649
Reversão de tributos sobre reserva de reavaliação	(25.446)	-
Reversão de tributos sobre ajuste de avaliação patrimonial	(1.348)	-
	(16.894)	1.649

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui registrada uma perda atuarial de R\$ 56.931, líquida dos seus efeitos tributários (R\$ 127.563 em 31 de dezembro de 2018).

d) Remuneração aos acionistas

A Política de Distribuição de Dividendos da Companhia prevê que do lucro líquido no mínimo 25% será destinado aos acionistas como dividendo. Para o exercício de 2019, conforme ata de Reunião de Diretoria nº 70, de 13 de dezembro de 2019, ratificado pelo Conselho de Administração em reunião dia 18 de dezembro de 2019, foi deliberado que do lucro líquido ajustado, 40% será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuem.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	301.153	292.087
(-) Reserva legal (5%)	(15.058)	(14.604)
(-) Ajustes lei nº 12.973/14	(1.114)	1.814
(-) Reserva de incentivos fiscais	(58)	(582)
Base de cálculo para dividendos	284.923	278.715
Juros sobre capital próprio atribuídos aos dividendos	113.969	133.792
Total dos juros e dividendos distribuídos	113.969	133.792

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendos 10% superiores aos pagos às ações ordinárias, nos termos do inciso II, § 1º, do Artigo 17 da Lei 6404/76.

Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são conforme o demonstrado a seguir:

Dividendos / Juros sobre o capital próprio	Dividendos	JSCP
Ações ordinárias	54.271	54.271
Ações preferenciais	59.698	59.698
Total	113.969	113.969

A Companhia efetuou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 113.969 (R\$ 133.792 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido, observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros.

Conforme previsto na Lei nº 9.249/95, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração da contribuição social. A contribuição social do exercício foi reduzida em R\$ 10.257 (R\$ 45.489 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referente ao imposto de renda e contribuição social) em decorrência da dedução da mesma pelos juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas.

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, é constituída à base de 5% do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos, acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Reserva de lucros	31/12/2019	31/12/2018
Reserva legal	136.558	121.500
Reserva de incentivos fiscais	2.394	2.336
Reserva de retenção de lucros	530.892	375.718
Total	669.844	499.554

f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social, a Companhia mantém registrado como adiantamento para futuro aumento de capital, o montante de R\$ 47.183 em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU, da Fundação Nacional da Saúde – Funasa e do Orçamento Geral do Estado – OGE.

g) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33, se o número de ações ordinárias ou ações ordinárias potenciais totais aumentar como resultado de capitalização de reservas, bonificações em ações ou de desdobramento de ações ou diminuir como resultado de grupamento de ações, o cálculo do resultado básico e diluído por ação para todos os períodos apresentados deve ser ajustado retrospectivamente. Se essas alterações ocorrerem após a data do balanço, mas antes da autorização para a emissão das demonstrações contábeis, os cálculos por ação daquelas e de quaisquer demonstrações contábeis de períodos anteriores apresentadas devem ser baseados no novo número de ações. Como a Companhia apresentou aumento de capital, durante o exercício de 2020, referente à capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital, a Companhia considerou, como denominador para o cálculo do lucro por ação, o resultante número de ações ao término do exercício, conforme segue:

Resultado básico e diluído por ação	2019	2018
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	143.406	139.089
Ações preferenciais	157.747	152.998
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	315.592.525	315.592.525
Média ponderada de número de ações preferenciais	315.592.525	315.592.525
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	0,45440	0,44072
Por ação preferencial	0,49984	0,48480

25. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à deliberação nº 642/10 da CVM.

As partes relacionadas são as seguintes:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, Companhia Estadual Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs, Fundação Corsan dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento – Funcorsan, Instituto de Previdência do Estado – IPE.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a Corsan e o Estado do Rio Grande do Sul:

	31/12/2019	31/12/2018
Contas de água e esgoto - saldo a receber	11.516	6.566
Rendimentos do caixa único do Estado	2.214	6.915
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(285.761)	(222.613)

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto para o Estado do Rio Grande do Sul no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi R\$ 56.575 (R\$ 50.852 em 31 de dezembro de 2018).

Criado pelo Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõem a Dívida Pública Estadual.

b) Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Barrisul

As despesas referentes ao serviço de arrecadação de contas de água, esgoto e serviços e débitos/repasso no exercício de 2019 foi R\$ 8.262 (R\$ 6.407 em 31 de dezembro de 2018). O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2019 foi R\$ 404 (R\$ 293 em 31 de dezembro de 2018).

c) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d

Os valores devidos referem-se à compra de energia elétrica nas áreas de concessão da CEEE-d e da Corsan. O valor da despesa durante o exercício de 2019 foi R\$ 56.507 (R\$ 53.280 em 2018). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 4.813 (R\$ 4.448 em 31 de dezembro de 2018).

d) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs

Os valores devidos à Procergs referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O valor da despesa durante o exercício de 2019 foi R\$ 37.605 (R\$ 45.181 em 2018). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 3.014 (R\$ 3.054 em 31 de dezembro de 2018).

e) Fundação Corsan

Composição da dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	21.585	21.332	-	18.914
				21.585	21.332	-	18.914

O contrato refere-se a parcelamento de custo de serviço passado e está garantido pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite da obrigação (principal e encargos).

f) Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE

Os valores devidos ao IPE referem-se a contrato de assistência à saúde dos funcionários da Corsan, o valor da despesa durante o exercício de 2019 é de R\$ 16.788 (R\$ 14.981 em 2018). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 5.338 (R\$ 4.234 em 31 de dezembro de 2018).

g) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, é estabelecida conforme Decreto 45.273/07 e Resolução 04/09 do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais. A Corsan não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

	2019	2018
Remuneração e benefícios	3.108	3.146
Encargos sociais	354	430
Total	3.462	3.576

26. RECEITA LÍQUIDA

A Corsan opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Serviços de abastecimento de água	2.690.499	2.519.769
Serviços de esgoto	189.125	170.704
Receitas de construção	237.983	252.955
Impostos sobre receita serviços	(268.117)	(249.828)
Total	2.849.490	2.693.600

27. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

Conforme requerido pelo CPC 26(R1) e IAS 1, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Custos e despesas por natureza	2019	2018
Pessoal	1.116.155	1.011.070
Materiais	105.872	98.265
Energia elétrica	297.967	256.917
Serviços de terceiros	322.910	299.191
Gerais	270.223	219.390
Depreciações e amortizações	148.151	128.553
Provisões	70.953	154.025
Custos de construção	235.009	249.708
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(336.176)	(67.545)
Total	2.231.064	2.349.574

Classificados como:

Custos dos serviços	1.984.344	1.781.746
Despesas comerciais	138.861	131.361
Despesas administrativas	444.035	504.012
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(336.176)	(67.545)
Total	2.231.064	2.349.574

	2019	2018
Outras receitas operacionais	390.043	93.776
Receita de serviços técnicos e locações	3.760	1.950
Doações e subvenções	19.856	11.480
Recuperação de receitas	12.180	13.630
Reversão PDD	3.774	20.100
Reversão de provisão precatórios	143.100	-
Inscrição de precatório	74.848	29.724
Indenizações e ressarcimentos	2.250	1.492
Reversão de provisões para causas judiciais	116.922	-
Reversão de provisão para benefício pós-emprego	12.688	13.865
Receitas não operacionais	665	1.535
Outras despesas operacionais	(53.867)	(26.231)
Taxa de regulação órgãos fiscalizadores	(16.952)	(14.230)
Baixa patrimonial Novo Hamburgo	(21.186)	-
Baixa de inservíveis	(347)	(727)
Outros tributos e taxas	(15.382)	(11.274)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	336.176	67.545

As reversões das provisões foram realizadas conforme descritas nas notas 2.13, 2.14 e 9.

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2019	2018
Receitas financeiras	77.063	104.198
Acréscimos por inadimplementos	32.709	31.992
Variações monetárias ativas	5.456	5.284
Receitas financeiras pela realização de AVP	31.242	41.298
Variações cambiais ativas	3.702	5.639
Outras receitas financeiras	3.954	19.985
Despesas financeiras	(59.962)	(60.552)
Juros e taxas sobre financiamentos	(16.930)	(11.197)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(3.871)	(6.237)
Variações monetárias passivas	(31.273)	(32.112)
Despesas financeiras pela realização de AVP	(4.022)	-
Variações cambiais passivas	(3.866)	(10.247)
Outras despesas financeiras	-	(759)
Resultado financeiro líquido	17.101	43.646

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como gerenciamento de riscos estão relacionados a seguir:

a) Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	70.196	66.965
Indenizações contratuais	224.768	1.989
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes	92.981	66.164
Contas a receber de clientes	359.533	342.051
Ativos financeiros	341.039	365.781
Total	1.088.517	842.950
Passivos		
Custo amortizado		
Fornecedores	123.106	113.736
Empréstimos e financiamentos	584.048	611.072
Debêntures	14.139	23.156
Dívidas Fundação Corsan	21.585	40.246
Obrigações contratuais	53.604	-
Total	796.482	788.210

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2). Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. Apuração conforme descrito na nota 2.12.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embudidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independentemente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de riscos

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base no sistema de controles internos, a qual estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

i) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes e a possibilidade de pagamento das faturas via cartão de crédito. Não há clientes que individualmente representem mais que 1% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

ii) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Como formas de controle para este risco, podemos citar: ajuste da estrutura tarifária aos serviços prestados; implementação do gerenciamento matricial de despesas – GMD; melhoria da gestão do passivo trabalhista em execuções judiciais; combate às fraudes e ligações clandestinas; implantação do sistema de gestão estratégica de custos - SIGSEC; dentre outras.

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			Total
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos e financiamentos	98.453	278.250	409.419	786.122
Parcelamento de impostos	16.171	34.172	-	50.343
Debêntures	10.095	4.720	-	14.815
Fornecedores	123.106	-	-	123.106
Dívidas Fundação CORSAN	22.880	-	-	22.880
Total	270.705	317.142	409.419	997.266

iii) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data-base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2019 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

Operação	Risco	2019	(Perdas) Ganhos financeiros				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(221.957)	-	-	-	-	-
Empréstimos	TJLP	(179.329)	(7.991)	(6.659)	(9.989)	(12.486)	(14.983)
Empréstimos	IPCA	(60.416)	(556)	(463)	(695)	(868)	(1.042)
Empréstimos	SELIC	(107.366)	(4.020)	(3.350)	(5.025)	(6.281)	(7.537)
Empréstimos	US Dólar	(14.980)	3.054	5.042	73	(3.654)	(7.380)
Debêntures	TJLP	(14.139)	(630)	(525)	(788)	(984)	(1.181)
		(598.187)	(10.143)	(5.955)	(16.424)	(24.273)	(32.123)
Indexador	TR / UPR		0,00	0,00	0,00*	0,00	0,00
	TJLP		4,46	3,71	5,57**	6,96	8,36
	IPCA / IBGE		0,92	0,77	1,15*	1,44	1,73
	SELIC		3,74	3,12	4,68*	5,85	7,02
	US Dólar	4,10	3,26	2,72	4,08***	5,10	6,12

Fontes: * Portal Brasil. ** BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. *** Focus - Relatório de Mercado

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos no contrato de debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	17	584.048	611.072
Debêntures	18	14.139	23.156
Fornecedores		123.106	113.736
Parcelamento de impostos e contribuições	19	45.766	57.886
Dívida Fundação Corsan	25.e	21.585	40.246
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(92.981)	(66.164)
(-) Aplicações financeiras	5	(70.196)	(66.965)
Dívida líquida		625.467	712.967
Patrimônio e adiantamentos		2.400.294	2.142.477
Capital social e dívida líquida		3.025.761	2.855.444
Quociente de alavancagem		20,67%	25,06%

30. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A seguir, é apresentada a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	31/12/2018	Fluxo de caixa	Adições	Variações monetárias	Juros	Transferências	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos circulante	65.811	(107.244)	-	394	41.106	71.132	71.199
Debêntures circulante	9.232	(10.157)	-	-	806	9.710	9.591
Dividendos e JSCP a pagar	222.613	(50.821)	113.969	-	-	-	285.761
Empréstimos e financiamentos não circulante	545.261	32.673	-	6.047	-	(71.132)	512.849
Debêntures não circulante	13.924	-	-	334	-	(9.710)	4.548
Contratos de repasse (OGU/ANA/Focem)	21.331	22.106	-	-	-	-	43.437
Passivos de arrendamento	-	(23.023)	97.433	-	(10.031)	-	64.380

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Impactos COVID-19 (1º ITR/2020)

As medidas tomadas pela Companhia foram as seguintes:

• Medidas de preservação de caixa:

- Solicitação de Standstill, suspensão temporária do pagamento de empréstimos e financiamentos mantidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no período de 15 de abril de 2020 a 15 de setembro de 2020. As parcelas suspensas, no montante de R\$ 30,6 milhões (principal mais juros), foram capitalizadas e diluídas no saldo devedor, conforme regramento proposto pelo Banco, sem alteração no prazo final dos contratos;

- Pagamento da Participação nos Lucros e Resultados parcelada em duas vezes conforme previsto no acordo coletivo;

- Adesão às alternativas de diferimento e postergação de tributos federais:

i) suspensão e parcelamento (seis meses), do recolhimento ao FGTS referente às competências de abril e maio de 2020, no montante de R\$ 5,9 milhões, conforme Medida Provisória nº 927/2020;

ii) postergação do recolhimento das contribuições de Cofins, PASEP e INSS Patronal referentes às competências de março, abril e maio de 2020, no montante de R\$ 77,6 milhões, para recolhimento cumulativo com as competências de julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente, conforme Portarias ME nº 139, nº 150 e nº 245; e

iii) redução da contribuição obrigatória ao Sistema "S" referente ao período de abril a junho de 2020, conforme Medida Provisória nº 932/2020;

- Encaminhamento da contratação de seguro garantia;

• Medidas relacionadas aos clientes:

- Observou-se um aumento no prazo médio de recebimento das faturas nos primeiros nove meses. Porém, a partir da retomada dos cortes, o índice retornou à normalidade apurada em períodos pré-pandemia;

- Isenção de cobrança de clientes da tarifa social de abril a setembro de 2020, apresentando impacto de R\$ 10,48 milhões no

exercício findo em 31 de dezembro de 2020;

- A Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) e a Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de São Borja (AGESB) homologaram o reajuste da tarifa em 4,45% para julho, o que, pelo impacto da pandemia, foi adiado por 90 dias e o índice original recalculado proporcionalmente aos 9 meses restantes do ciclo, o que resultou em 5,93% a partir de outubro de 2020;

- A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Santa Cruz do Sul (AGERST) e a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento do Rio Grande do Sul (AGESAN) homologaram os reajustes de 4,41% e 4,63% respectivamente, aplicáveis a partir de outubro de 2020.

• Impactos contábeis:

- A Administração avaliou e concluiu que os ativos atrelados aos sistemas de abastecimento de água e esgoto da Companhia não sofreram impactos pela pandemia e não identificou indicadores de risco de *impairment* para esses ativos;

- Foram analisadas as alterações contratuais dos passivos financeiros da Companhia. Essa análise não gerou impactos na liquidez e no resultado.

b) Reconhecimento da Imunidade Tributária (2º ITR/2020)

Em razão da imunidade tributária, obtida a partir da decisão monocrática que reconheceu a imunidade de impostos federais à Corsan, bem como a restituição dos valores pagos nos exercícios de 1988 a 2018, em 2019 a Companhia deixou de apurar e recolher o IRPJ (imposto de renda pessoa jurídica) e o ITR (imposto territorial rural). O trânsito em julgado do RE 342314/RS, que julgou definitivamente a questão envolvendo a imunidade tributária, ocorreu em 28 de maio de 2020. A Administração realizou o cálculo com base nas guias pagas de impostos federais (IRPJ e ITR) entre 1988 e 2018. O valor atualizado em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 1.285.614 registrado na rubrica de IRPJ e CSLL a recuperar no ativo não circulante, sendo R\$ 813.723 referente ao valor principal de impostos pagos e R\$ 471.891 como atualização do valor principal. O índice utilizado foi a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), índice aplicado para atualização dos tributos federais.

Como impacto da contabilização do ativo, a administração reconheceu R\$ 21.943 referente ao PASEP/COFINS no passivo não circulante.

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou o RE nº 1.063.187, submetido à sistemática da repercussão geral, e decidiu que é inconstitucional a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores referentes à taxa SELIC recebidos em decorrência de repetição de indébito tributário. Sendo assim, a Companhia reverteu o valor de R\$ 42.470 contabilizado como CSLL diferida sobre a atualização monetária do ganho da imunidade tributária.

c) PPP da Região Metropolitana de Porto Alegre (3º ITR/2020)

Visando acelerar a universalização do serviço de esgotamento sanitário nos Municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, Sapucaia do Sul e Viamão, a Corsan levou a mercado o projeto de parceria público-privada.

Em 01 de junho de 2021, houve a transferência operacional definitiva à Ambiental Metrosul que passou a operar exclusivamente os sistemas de esgotamento sanitário dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, sob fiscalização da Corsan.

d) Emissão de Debêntures (1º ITR/2021)

A Companhia realizou a quarta emissão de debêntures simples em 19 de março de 2021 (não conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, em três séries) para distribuição pública com esforços restritos, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de fevereiro de 2021. O montante de R\$ 600 milhões (conforme procedimentos estabelecidos pela Instrução CVM nº 476, Lei federal nº 12.431/2011 e demais regulamentações aplicáveis) foram destinados ao reforço de caixa e à execução do plano de investimentos da Companhia. O custo da captação de recursos relativo à quarta emissão de debêntures simples foi de R\$ 21.906.

A segunda série possui prazo de 5 anos e amortização com parcelas anuais iniciando em 15 de fevereiro de 2023. A terceira Série possui prazo de 7 anos e amortização com parcelas anuais iniciando em 15 de fevereiro de 2025. A quarta série possui prazo de 10 anos e amortização com parcelas anuais iniciando em 15 de fevereiro de 2025.

e) Assinatura de Contrato com IFC (2º ITR/2021)

Em 30 de junho de 2021 a Companhia assinou contrato de R\$ 300.000, para financiar investimentos na redução das perdas de água e em melhorias na eficiência energética, junto à International Finance Corporation - IFC. O prazo para amortização será de oito anos, com dois anos de carência e pagamentos trimestrais. A taxa de juros é resultante de uma combinação de CDI + 2,58% (R\$ 123.000) e CDI + 3,33% (R\$ 177.000).

f) Distribuição de Dividendos Extraordinários (3º ITR/2021)

Em 15 de outubro de 2021, em reunião extraordinária do Conselho de Administração, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos extraordinários, encaminhada pela Administração, à conta de reservas de lucros no valor de R\$ 1.285.614, nos termos do artigo 61, inciso II, b, do Estatuto Social da Companhia. O valor corresponde à parcela controversa (que ainda pendia de expedição de precatório) do ativo reconhecido a partir do trânsito em julgado do Processo nº 93.0015146-0, movido pela Corsan em desfavor da União, referente à imunidade de recolhimento de tributos federais (IRPJ e ITR). A liquidação dos dividendos a pagar dar-se-á por meio de cessão da posição processual ao Acionista Controlador, isto é, a transferência do direito ao recebimento do crédito decorrente da ação judicial, e em espécie para os acionistas minoritários, de forma proporcional à sua participação no capital.

Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
ROBERTO CORREA BARBUTI Presidente	MARIO ENGLER PINTO JUNIOR Presidente	FELIPE HENRIQUE GIARETTA KEVIN CHAVES KRIEGER MARIA BETÂNIA BRAUN Conselheiros
ANDRÉ BELTRÃO FINAMOR ANDRÉ GUTTERRES BORGES DOUGLAS RONAN CASAGRANDE DA SILVA JEAN CARLO FLORES BORDIN LILIANI ADAMI CAFRUNI Diretores	GIOVANNI FIORESE HENRIQUE ZANDONÁ JULIANO HEINEN KARLA BERTOCCO TRINDADE LUIZ GUSTAVO DE SOUZA PAULO ROBERTO MONSCHAU BERTA ROBERTO CORREA BARBUTI THOMAS DANIEL BRULL Conselheiros	GRAZIELA BOHN FLORES Contadora CRC/RS nº 070280/0-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Reconhecimento de receita não faturada – Notas Explicativas nºs 2.16, 3, 6 e 26

O reconhecimento da receita inclui estimativa referente aos serviços prestados tomando-se como base a média de volume consumido, mas ainda não faturado aos consumidores, com registro no mês efetivo de consumo a partir da última data de leitura, até o final de cada período de reporte.

Em virtude do grau de julgamento da administração para a determinação das premissas utilizadas na mensuração dessa estimativa, consideramos este tema como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento dos controles internos implementados pela Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita não faturada e da metodologia utilizada para cálculo dessa estimativa;
- recálculo, em base de amostragem, da estimativa de faturamento e confronto com os registros contábeis no encerramento do exercício (e comparação dessa estimativa com a receita faturada no mês subsequente);
- avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para mensuração e reconhecimento da receita não faturada, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Ativos financeiros contratuais, ativos de contrato e intangível – Notas Explicativas nºs 2.4, 2.10, 2.11, 11, 12 e 14

A Companhia registra como ativo intangível e ativos de contrato os gastos decorrentes de contratos de concessões de serviços de saneamento. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICP 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível ou ativo de contrato da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato.

Como resultado desse processo de bifurcação dos contratos de concessão, a Companhia reconhece como ativos financeiros as parcelas dos investimentos efetuados que não serão completamente amortizadas ao final do prazo da concessão e serão indenizadas pelo Poder Concedente. Os saldos registrados no ativo intangível representam os investimentos que possuem expectativa de recuperação ao longo das concessões, tomando-se como base o recebimento das tarifas de serviços prestados aos usuários.

Sendo assim, em virtude do grau de julgamento para a determinação do ativo intangível e do ativo de contrato, cuja mensuração também é afetada por elementos subjetivos devido à natureza diversa dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como o fato de que a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e gerar eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em nossa auditoria do exercício corrente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- recalculamos e analisamos a razoabilidade das taxas de capitalização de juros e margens de construção utilizadas (além do processo de transferência de ativos em construção para a operação);
- avaliamos os critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

- ao método de percentual de conclusão das obras;
- testamos as adições do ativo de contrato de concessão e intangível para avaliação da natureza do gasto e a correta classificação, bem como avaliamos a natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelos contratos de concessões e normas contábeis vigentes;
- recalculamos, com o apoio de nossos especialistas em finanças corporativas, o ajuste a valor presente dos ativos financeiros contratuais e das amortizações do ativo intangível reconhecidas no exercício pela Companhia;
- desafiamos, com o apoio de nossos especialistas em finanças corporativas, as premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas, bem como avaliamos a metodologia e premissas adotadas pela administração para identificação de indicadores de perda no valor dos ativos financeiros e intangível;
- avaliamos se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para a contabilização dos contratos de concessão, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de dezembro de 2021

Octavio Zampirolo Neto
CT CRC 1SP-289.095/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

RESUMO RELATÓRIO DE ATIVIDADES COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – 14/03/2019 a 11/03/2020

Aos Conselheiros de Administração da CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) é um órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia.

2. RESUMO GERAL DAS ATIVIDADES

No período deste relatório, o CAE realizou 27 reuniões.

3. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

- 1 – Auditoria Interna
- 2 – Auditoria Independente
- 3 – Demonstrações Contábeis
- 4 – Partes Relacionadas
- 5 – Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance
- 6 – Canal de Denúncias, apurações e Ouvidoria
- 7 – Benefício pós emprego / FUNCORSAN – Fundação Corsan
- 8 – Avaliação de riscos das contingências judiciais
- 9 – Outros assuntos

4 – PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REAUDITADAS

Os membros do CAE, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, entre 30/nov/2021 e 03/dez/2021, tomaram conhecimento da minuta das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, assim como da minuta do Relatório do Auditor Externo (Grant Thornton Brazil) que manifestou opinião sem ressalvas, ambos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Considerando as análises realizadas pelo CAE e, as informações prestadas pelos representantes da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores e, da firma de Auditoria Externa, exceto pelo informado ao Conselho de Administração, o Comitê entende que os fatos relevantes trazidos a seu conhecimento estão divulgados nas demonstrações contábeis do exercício de 2019. Conforme previamente discutido com a Diretoria Financeira e Presidência, o CAE recomenda que se aprimorem os procedimentos e controles sobre determinadas contas e transações, a revisão da análise de riscos na contratação de seguros e a implantação de procedimentos para atender Art. 8º incisos I e VII e § 2º da lei 13.303/16. Mantém-se a recomendação do relatório referente ao exercício 2018 para que a Diretoria reavalie a política de dividendos da Companhia.

Porto Alegre, 03 de dezembro de 2021.

MARCO ANTÔNIO MAYER FOLETTO
Coordenador do CAE

LUIZ JOSÉ NOGUEIRA LIMA
Membro do CAE

NILTON DOS SANTOS
Membro do CAE

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 03 de dezembro de 2021.

THOMAS DANIEL BRULL
Conselheiro

HENRIQUE ZANDONÁ
Conselheiro

MARIO ENGLER PINTO JUNIOR
Presidente do Conselho

KARLA BERTOCCO TRINDADE
Conselheira

JULIANO HEINEN
Conselheiro

ROBERTO CORREA BARBUTI
Conselheiro

GIOVANNI FIORESE
Conselheiro

LUIZ GUSTAVO DE SOUZA
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas relativas ao exercício social de 2019. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração durante todo o exercício social e à vista do Relatório da Grant Thornton Brasil – Auditoria e Consultoria, sem ressalva, de 03 de dezembro de 2021, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estão em condições de serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

Porto Alegre, 03 de dezembro de 2021.

FELIPE HENRIQUE GIARETTA
Conselheiro

KEVIN CHAVES KRIEGER
Conselheiro

MARIA BETÂNIA BRAUN
Conselheira